

ALADI/CR/Ata 766
19 de abril de 2001

ATA DA 766ª SESSÃO DO
COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima Senhora Stella Zervoudaki, Representante da Comissão das Comunidades Européias, como Observadora.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 764ª. e 765ª. sessões.
 4. Convocação da Trigesima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/SEC/Proposta 230).
 5. Relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre acompanhamento do programa de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.
 6. Relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre programa de atividades da Associação.
 7. Análise do documento “Evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o papel da ALADI” (ALADI/SEC/dt 428).
 8. Assuntos diversos.
-

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Gustavo Vivacqua, Perla Margarita Polverini, Ruben Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, João Mendes Pereira e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada, María Antonieta Jara e Axel Cabrera (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Fiadutti Estrada e Julio Prado Espinosa (Equador), Julio Lampell Adler e Arturo Juárez Juárez, Juan Antonio Nevárez e Alberto Rodríguez Bolaños (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell, Ricardo B. Romero Magni e Rosario Botton de Morales (Peru), José Roberto Muínelo (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith e Carlos Longa González (Venezuela), Joaquín María de Aristegui y Petit (Espanha), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Luis Mario Cuestas Gómez (Panamá), José Duarte Sequeiro e Serpa (Portugal), Vasile Macovei (Romênia) e Stella Zervoudaki (Comissão das Comunidades Européias).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, submeto a sua consideração a Ordem do Dia. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Desejo incorporar um novo ponto, referente a uma proposta de nossa Representação para fazer uma homenagem ao Doutor Raúl Prebisch. Obrigado.

PRESIDENTE. Não teria inconveniente em que fosse tratado no último ponto.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). A idéia é tratá-lo em assuntos em pauta. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Presidente. Tínhamos uma dúvida sobre o ponto 7, referente ao documento "Evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o papel da ALADI". Creio que em uma reunião anterior tínhamos decidido discutir este tema em uma sessão especial.

Não sei se nesta sessão teremos oportunidade de tratar este tema com a devida atenção. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Sim, Senhor, assim foi. Depois, na sessão em que foi tratado este tema acordou-se continuar seu tratamento em uma sessão do Comitê. Houve diferentes opiniões, mas a decisão final foi essa. Lembro que, no caso da OMC, falamos de que poderíamos dedicar uma sessão exclusivamente ao tratamento do documento; de qualquer forma, vamos revisá-lo. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, creio que para respeitar a Ordem do Dia seria preferível tratar a inclusão deste tema no momento adequado, isto é, quando seja tratado o ponto 7, porque daí pode derivar a necessidade de realizar uma sessão especial. Uma coisa não exclui a outra.

PRESIDENTE. Podemos fazer isso. Se os senhores estiverem de acordo, quando tratemos o ponto 7 perguntaremos se estão de acordo em tratar este tema ou se preferem adiá-lo para uma próxima sessão. Fica APROVADA a Ordem do Dia.

- Incorporação ao Comitê de Representantes da Senhora Embaixadora Stella Zervoudaki, Representante da Comissão das Comunidades Européias, como Observadora.

No primeiro ponto da agenda consta a incorporação ao Comitê da Embaixadora Stella Zervoudaki, Representante da Comissão das Comunidades Européias, como Observadora.

Como Presidente do Comitê de Representantes desejaria, depois da entrega de suas credenciais, ter o particular privilégio de receber a Embaixadora, Senhora Stella Zervoudaki. Sua incorporação a este Comitê como Observadora da Comissão das Comunidades Européias é motivo de satisfação para nossos países-membros, porque se integra à Sala Cisneros um continente –dizem que é muito velho, mas é muito novo nas idéias, que permitiram um avanço veloz em um processo de integração em todos os itens- que sabemos ter especialíssimo e sincero interesse no desenvolvimento permanente e global em todos os campos da economia, do comércio, da ciência e da tecnologia de todos os países da América Latina.

Nesta sala, Embaixadora Zervoudaki, todos estamos interessados em impulsionar a cooperação das Comunidades Européias com a Associação Latino-Americana de Integração, que, como Vossa Excelência sabe, é também uma comunidade de nações, que reúne os países de mais peso econômico no continente, que busca, há quarenta anos, poder criar um mercado comum para atingir os níveis de integração alcançado em pouco mais de quarenta anos, com muito sucesso, pela União Européia.

Acreditamos profundamente que para obter este impulso seria oportuno e conveniente que os doze países-membros da Associação reiterássemos às autoridades das Comunidades o que desde a década de 90 já tínhamos informado, isto é, que os Governos dos países-membros desta Associação outorgamos um papel muito importante ao desenvolvimento do processo de integração regional e valoramos, em alto grau, a cooperação e assistência que possam dar à Associação em várias das atividades de seu programa.

Nesta perspectiva, o aprofundar o relacionamento entre a ALADI e as Comunidades Européias refletiria o novo impulso dado às negociações entre os países do Grupo do Rio e a União Européia, concluídas com a “Declaração do Rio” e reafirmaria a vontade política dos países da ALADI de coordenar ações comuns no campo do desenvolvimento econômico e social, tudo voltado à integração latino-americana e hemisférica, tão conveniente para os interesses de ambos os blocos.

Desejamos, Senhora Representante, que saiba que no flutuante cenário da integração da América torna-se necessário explicitar, em primeiro lugar, o papel e a importância da ALADI para os países desta região, como expressão de uma Instituição estável e permanente e, depois, a maneira positiva como receberiam os países-membros uma ampliação intensificada de cooperação e apoio das Comunidades Européias ao programa de atividades da Associação, que colocaremos à sua disposição. Desta maneira será aberta uma nova porta para que a Europa e a América se aproximem mais, e pela direção correta, para trabalhar juntos nestes altos objetivos. Seja bem-vinda a este Comitê Permanente da Associação Latino-Americana de Integração, como Observadora da Comissão das Comunidades Européias.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria, em nome da Secretaria-Geral, dar as mais cordiais boas-vindas à Embaixadora Zervoudaki, com quem já tive oportunidade de conversar em outras ocasiões sobre temas comuns a nossas Organizações.

Queria lembrar que por ocasião da incorporação ao Comitê de Representantes da Representação da União Européia como Observadora foi assinado um Convênio de Cooperação Mútua entre nossas Organizações, em 6 de julho de 1990, no qual foi previsto um conjunto de ações enquadradas no que devia ser realizado anualmente ou, de forma alternativa, bianualmente. Nesse plano de ação constavam, especificamente, aspectos de muita importância para as duas Organizações, como o intercâmbio permanente de informações e a capacitação de funcionários dos países-membros de ALADI, com base na experiência da União Européia e no desenvolvimento de programas conjuntos de cooperação em diversos campos e, particularmente, no campo da capacitação aduaneira.

Lamentavelmente, após quase onze anos da assinatura desse Convênio, lamentavelmente, não foi possível levar à prática esse programa. Não obstante, nesse passado, que hoje devemos recordar tristemente, com sua chegada, Embaixadora, pode surgir uma luz no caminho. Em nossas conversações observei, com grande otimismo, a sua predisposição e a da União para colaborar com os trabalhos da Associação, renovar esse vínculo estabelecido no ano 90 e, efetivamente, levá-lo à prática, conforme tínhamos previsto naquela ocasião.

Como manifestava o Senhor Presidente do Comitê, com base nessa esperança e nessa perspectiva, que hoje estamos vendo, damos as mais cordiais boas-vindas, e estamos certos de que a partir de hoje, já formalmente, poderemos levar a cabo nossos trabalhos. Tenho certeza de que, finalmente, poderemos apresentar a nossos países, os seus, os europeus, os nossos, os latino-americanos, um resultado de uma cooperação conjunta que redunde em benefício de nossa Associação e de sua União. Obrigado, e seja bem-vinda, Senhora Embaixadora.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Embaixadora Stella Zervoudaki.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (Stella Zervoudaki). Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhor Secretário-Geral, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Senhores Representantes dos países-membros da ALADI, Senhores Observadores, obrigada, pelas boas-vindas.

Sinto-me honrada de assistir a esta cerimônia em representação da Comissão Européia, que tem o status de Observador junto à ALADI desde o ano 1990.

A ALADI é um organismo com longa história no processo de integração da América Latina, que engloba não apenas a integração comercial e econômica, mas contribuiu, de forma importante, para coesão política dos países do continente.

A União Européia, neste momento e nesta conjuntura global, reconhece o valor de organismos como a ALADI, que apoiam o aprofundamento da integração regional e contribuem para fortalecer o diálogo entre os diferentes países da América Latina.

As relações entre a Comunidade Européia e a América Latina adquiriram crescente importância com a consolidação de valores comuns, como a liberdade, o respeito pelos direitos humanos, pela democracia pluralista e pela justiça social. A América Latina e a Europa compartilham hoje plenamente destas idéias, e o vínculo entre a democracia, eficácia das instituições e desenvolvimento permanente transformou-se na pedra angular da cooperação entre as duas regiões.

Nossas regiões mantêm um diálogo político e econômico no qual se reconhece a importância, precisamente, da integração regional para a paz, a estabilidade democrática, o desenvolvimento e o bem-estar dos povos.

Esta institucionalização do diálogo, os convênios de cooperação com o Pacto Andino e a América Central, bem como o Acordo Quadro com o MERCOSUL constituem sinais claros e suficientemente tangíveis do apoio da União Européia aos esforços integradores dos povos latino-americanos.

Ninguém pode discutir, atualmente, a contribuição decisiva da integração regional para a estabilidade política e para o progresso econômico e social. A Europa constata, com satisfação, que nos países da América Latina o tema da integração já é uma política de Estado e objeto de esforços de consenso político entre todas as forças políticas e sociais da região.

A integração regional é também fonte de complementaridade econômica, ampliação de mercados e, finalmente, de desenvolvimento econômico e social. Com efeito, a integração econômica impõe a competitividade, companheira inseparável do progresso econômico, condição necessária -embora não suficiente- para o progresso social.

Mas, para fortalecer a integração regional também se requer uma estrutura institucional sólida que garanta "good governance". Isto significa instituições eficientes no âmbito do Estado, bem como o diálogo entre todos os setores da sociedade. Assim, aproximando com eficácia as instituições dos cidadãos, continuaremos fortalecendo o sistema democrático.

A Europa anseia olhar para a América Latina como um verdadeiro sócio, através de acordos mais profundos, que fortaleçam suas relações de qualquer tipo. Nesse contexto, inscrevem-se maior intercâmbio comercial, fomento dos investimentos, ampliação dos programas de cooperação e melhor conhecimento de nossas realidades políticas, econômicas e sociais.

A ALADI jogou um papel muito importante no processo de integração regional e, neste sentido, a União Européia espera, para o futuro, estabelecer vínculos ainda mais fortes com estas instituições para poder trabalhar juntos no intercâmbio de idéias e na combinação de esforços a fim de continuar avançando na institucionalização da coesão regional, na participação da sociedade civil e nos diferentes processos de integração com idéias inovadoras e concretas.

Estou à sua disposição para continuar este processo, e com confiança posso confirmar que para a União Européia, neste momento particular, mais ainda que antes, é muito importante aprofundar e concretizar as relações entre a União Européia e a ALADI. Obrigada.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora Zervoudaki. Estou certo de interpretar os sentimentos de todos os presentes, de todos os Representantes Permanentes e do Secretário-Geral quanto a nossa satisfação de que Vossa Excelência nos tenha apresentado esta visão de colaboração da Comissão das Comunidades Européias com a ALADI. Sabemos que essa colaboração será concretizada sob a sua direção em Montevideu, e estamos conscientes de que também a ALADI prestará toda a sua colaboração para obter os objetivos comuns. Seja bem-vinda, Embaixadora. Solicito a Vossa Excelência que ocupe o lugar destinado à Comissão das Comunidades Européias. Muito obrigado.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral para informar sobre assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta constam do documento que está em poder dos Senhores Representantes, que faz parte da presente ata.

1. Representação Permanente do Peru. Nota Nº 7-5-Z/19, de 3/IV/2001.

Comunica que a Senhora Elizabeth González de Fábrega, Segunda-Secretária, cessará em suas funções a partir de 6 deste mês.

2. Representação Permanente do Peru. Nota Nº 7-5-Z/20, de 3/IV/2001.

Comunica a designação da Senhora Rosario Botton de Morales, Segunda-Secretária, no Serviço Diplomático do Peru, a partir de 9 deste mês.

3. Convocação e agenda da Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/SEC/Proposta 231).

4. Convocação e agenda da Sexta Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento das Informações Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/SEC/Proposta 232).

5. Relatório final da XXI Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal (ALADI/SEC/di 1487).

6. Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica dos países da ALADI. Segunda reunião do grupo de trabalho técnico sobre harmonização de regulações de medicamentos e diagnosticadores de uso humano (Havana, Cuba, junho de 2001) (Doc. Inf. 615).

Cabe salientar as notas da Representação do Peru. A primeira, comunicando o término de funções da Segunda-Secretária, Senhora Elizabeth González de Fábrega, que regressou a seu país. Através da Representação lhe desejamos muitos êxitos em suas futuras funções.

Senhor Presidente, queremos dar as boas-vindas à Terceira-Secretária, Senhora Rosario Botton de Morales, que está na sala, desejando-lhe, em nome da Secretaria-Geral, muitos êxitos em sua atividade em Montevidéu.

Cabe destacar, também, que em assuntos em pauta foram incluídas as propostas 231 e 232 da Secretaria-Geral, correspondentes, por sua ordem, à convocação da V Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura e da VI Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento das Informações Estatísticas de Comércio Exterior, que serão submetidas à consideração do Comitê na sua próxima sessão.

Senhor Presidente, esses são os pontos mais importantes de assuntos em pauta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração das atas correspondentes às 764ª e 765ª sessões.

PRESIDENTE. Submeto à consideração dos senhores as atas das 764ª e 765ª sessões.

Com relação à ata 764, desejo comunicar que a Representação da Colômbia fez correções de forma, que já estão em poder da Secretaria. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Senhor Presidente. Fizemos algumas observações de forma à ata 764, que serão enviadas à Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. A Secretaria esperará suas observações para introduzi-las. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). Senhor Presidente, nossa Representação também deseja fazer algumas correções de forma às atas 764 e 765, que serão entregues à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Assim se procederá. Se não houver outras observações à Ata 764, fica aprovada. Depois de aprovada desejo manifestar que é uma ata de 31 páginas. A extensão não significa qualidade, mas nela estão recolhidas algumas discussões e seria muito importante que fossem lidas por nossos Governos para conhecer nossa atividade na Associação e neste Comitê de Representantes.

Submeto à consideração dos senhores a ata da 765ª sessão, de 4 de abril. Se não houver observações, fica aprovada.

4. Convocação da Trigésima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/SEC/Proposta 230).

PRESIDENTE. Continuando com a agenda, devemos tratar a convocação da Trigésima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários. Convido a Secretaria para apresentar este ponto. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Conforme a Resolução 6 do Comitê de Representantes, submeteremos à consideração dos senhores a Proposta 230, de 3 deste mês, que convoca a Trigésima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, para os dias 24 e 25 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.

Como os senhores sabem, esta reunião se realiza no âmbito das reuniões convocadas pelo CEMLA durante este ano, com a participação das máximas autoridades de nossos bancos centrais. Esta reunião do Conselho terá por objetivo considerar o relatório final da Reunião da Comissão Assessora, realizada em Montevideu há três semanas. Corresponde dar trâmite simples a este Projeto de Acordo, que reitero consta da Proposta 230 da Secretaria-Geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral, por sua apresentação. Temos em nosso poder um projeto de acordo para a Convocação e Agenda da Trigésima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, que se realizará no Rio de Janeiro, em 24 e 25 de maio. Submeto a consideração o projeto de acordo, que levaria o número 237. Se não houver observações, ficaria aprovado.

5. Relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre acompanhamento do programa de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

PRESIDENTE. O seguinte ponto da agenda é o relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre acompanhamento do programa de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Tem a palavra o Representante Permanente do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Presidente. Desejaria fazer um resumo da primeira reunião do grupo de trabalho sobre programa de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, realizada este ano em 28 de março, fundamentalmente para revisar o documento ALADI/SEC/di 1487, que é o relatório das atividades realizadas no ano 2000 em favor dos PMDERs. Foi distribuída a todas as Representações uma minuta sobre esta reunião, e desejaríamos simplesmente destacar alguns de seus pontos.

Nessa reunião manifestou-se que os projetos para o ano 1999, que por razões orçamentárias não tinham podido executar-se nesse ano, foram concretizados em 2000. Das atividades próprias do ano 2000 foram concluídos 31 projetos, 10 dos quais corresponderam à Bolívia, 9 ao Equador e 12 ao Paraguai, além de quatro atividades específicas sobre o cumprimento da Resolução 52 do Conselho de Ministros.

Queremos salientar que alguns projetos suscitaram o interesse de todos os presentes e estão sendo propostos para este ano. A Representação do Paraguai, por exemplo, manifestou que deseja concentrar-se em dois projetos específicos: na área de promoção de exportações e, outro, em comércio eletrônico, que consideramos de muito interesse para toda a Associação. No caso do Equador, em virtude do Tratado de Paz, assinado entre o Equador e o Peru, também foram destacados dois projetos: um, orientado ao acesso a mercados amazônicos brasileiros, utilizando a via fluvial e, outro, ao desenvolvimento fronteiriço das províncias do sul do país.

Mencionou-se também uma proposta aceita pelo grupo para acompanhar de perto os projetos, não apenas no momento de sua realização mas depois, a fim de analisar seus resultados e seu impacto direto ou indireto na economia e no comércio de cada um dos países nos quais se realizam. Consideramos que isto pode trazer importantes benefícios no futuro para encaminhar, da melhor maneira, os projetos em favor dos PMDERs.

Queremos também mencionar que, em geral, considerou-se necessário divulgar, com maior intensidade, os progressos obtidos como parte deste programa de apoio aos PMDERs e difundi-los, tanto no Comitê como fora da Associação.

Finalmente, de acordo com o estabelecido no Programa de Atividades, as reuniões deste grupo se realizarão cada dois meses, e continuaremos informando os resultados a este Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante, por sua completa informação sobre os trabalhos deste importante grupo de trabalho. Tenho a certeza de que todos tomamos nota de seus avanços e de sua concretização em alguns pontos. Muito obrigado.

Ofereço a palavra sobre este tema. Se ninguém quer fazer uso da palavra, porque a informação do coordenador do grupo foi muito completa, considero concluído este ponto de nosso temário.

6. Relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre programa de atividades da Associação.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto 6, relatório do coordenador do grupo de trabalho sobre programa de atividades da associação.

Tem a palavra o Embaixador Carlos Onis Vigil.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, desejaria saber se todas as Representações têm o documento dt 157/Rev. 1, porque não está na minha pasta, mas se foi distribuído posso começar.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral para informar sobre esse documento.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, o documento foi distribuído ontem à tarde, via fax e correio eletrônico, e na manhã de hoje está sendo distribuído, como é de costume, mas o documento apenas foi concluído ontem à tarde, depois da revisão do coordenador do grupo de trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Isto pode acontecer com freqüência, sobretudo se o documento foi distribuído no dia anterior. Creio que podemos continuar a discussão. Tem a palavra o Embaixador Onis para informar sobre os avanços do grupo de trabalho.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Este grupo, como indica o documento, reuniu-se duas vezes, nos dias 2 e 17 de abril de 2001, tratando os assuntos que constam dos pontos 1, 2 e 3.

Com relação à evolução do programa de atividades da Associação, correspondente ao ano 2000, decidiu-se não incluir no programa de 2000 as Atividades 2.1.13, 2.4.8, 4.1.9 e 4.1.15 e considerá-las concluídas e, por outro lado, incluir no programa de 2001 as atividades constantes do ponto b), que ficaram pendentes do ano 2000.

No que diz respeito ao segundo ponto, Orçamento por Programas da Associação para o ano 2001, seminários-oficina para o primeiro semestre de 2001, no grupo de trabalho acordou-se recomendar ao Comitê de Representantes um projeto de estrutura dos seminários-oficina, no qual são descritos os objetivos, as agendas, termos de referência, datas e participantes.

No ponto b), de acordo com o decidido no grupo, também se sugerem duas datas para realizar dois seminários-oficina sobre incidências da ALCA no processo de integração, em 7 de junho, e os seminários sobre integração física e transporte, para que sejam realizados de forma conjunta, em dias sucessivos, 24 e 25 de julho, porque muitos dos participantes podem estar vinculados com esses temas. Alguns são coincidentes e superpostos.

Dentro do programa de trabalho do grupo foi decidido que a agenda e os termos de referência dos seminários-oficina continuem sendo tratados em 3 de maio, com base em alguns documentos e projetos que a Secretaria preparará para 30 de abril sobre as incidências da ALCA no processo de integração e, para 24 abril, os projetos sobre integração física e transporte.

Sobre o ponto 3, referente ao cumprimento do programa de atividades da Associação, no período janeiro-fevereiro de 2001, o grupo recomenda ao Comitê de Representantes os seguintes parâmetros ou delineamentos dos relatórios: que os mesmos se realizem de forma bimensal, que nesse relatório sejam incluídas apenas as atividades realizadas no período compreendido em cada relatório, sem incluir resultados projetados para meses posteriores, que nos relatórios seja incluída uma coluna de observações, na qual estejam registradas as atividades não compreendidas no período em execução, que requeiram decisões do Comitê ou orientações do grupo de trabalho e, por último, um tema que acabamos de tratar, que é a VI Reunião de Responsáveis pelas Estatísticas. A esse respeito tinha-se acordado recomendar a aprovação das datas 27 e 28 de julho para a realização dessa reunião.

Por último, como manifestei, a próxima reunião convocada para o grupo se realizará na quinta-feira 3 de maio para tratar, como consta no ponto c), os temas da

incidência da ALCA no processo de integração e os termos de referência e agenda de integração física e transporte. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A apresentação de seu relatório faz com que vejamos quão concretos e acelerados foram seus trabalhos, os avanços, bem como as recomendações que constam deste documento para que o Comitê tome nota e continuem adiante com seus trabalhos. Submeto a consideração o documento 157/Rev. 1 e ofereço a palavra. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Obrigado, Senhor Presidente. Na sessão de ontem examinamos o funcionamento dos grupos de trabalho e com o apoio da Secretaria determinamos rever seus alcances, o âmbito de suas ações, o qual supõe, logicamente, um exercício integral para saber quem se encarrega dos trabalhos.

Dentro das atividades do grupo de trabalho sobre o programa de atividades aparecem dois pontos relacionados com o tema das incidências da ALCA no processo de integração e com a organização de um seminário-oficina, que considero muito importante.

No entanto, acredito, e os senhores estarão de acordo, que as incidências da ALCA no processo de integração são a medula do que acontecerá com o desenvolvimento da ALADI, com o desenvolvimento dos processos de integração, porque estamos falando sobre o aspecto central e desejaria manifestar que esse tema ainda não foi avaliado como solicitamos. O próprio documento, preparado a pedido de empresários da Argentina e depois apresentado de forma excelente pelo Secretário-Geral, tampouco foi debatido, não houve intervenções adicionais.

Creio que o tema, "Incidências da ALCA no processo de integração" e os eventos que se realizem requerem previamente, de um debate entre nós, de alto nível. Portanto, solicitaria a definição dos Termos de referência do Seminário, que obviamente supõe opiniões e critérios, porque é elementar definir que queremos obter deste seminário, a partir do qual, mais ou menos, foi considerado previamente. Que surja transitoriamente desse grupo, sem prejuízo de que seja tratado novamente no grupo, após examinar esse tema no mais alto nível na ALADI.

Reitero, e peço a redondância, que se há um tema central que deveria ser analisado e refletido mais profundamente pelos Embaixadores acreditados nas Missões, é particularmente, este e não podemos deixá-lo como parte de um grupo muito importante e dirigido com dinamismo e brilhantismo, por meu colega Carlos Onis, que tem a ver com a programação, mas que é muito mais substantivo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Continuo falando como coordenador. Neste tema, como em outros seminários, a idéia do grupo, e desejaria que as Representações me corrigissem se não reproduzo fielmente os debates as delegações, foi fixar uma data para que a organização, a parte administrativa da elaboração dos documentos, como a designação dos funcionários, a preparação de seus documentos com antecipação, fosse feita com bastante tempo

para que a participação dos representantes governamentais fosse um tema preparado pelas Chancelarias ou por outros ministérios com suficiente antecipação.

Na primeira destas duas reuniões, de 2 de abril, encomendou-se à Representação do Equador, que assumia a Secretaria do Comitê de Negociações da ALCA, determinar uma data na qual o Representante do Equador pudesse estar em Montevideú. Na última reunião, o Representante do Equador informou que poderia estar presente na semana de 4 a 8 de junho. Após várias consultas decidiu-se fixar a data de 7 para que cada país possa consultar seus Representantes e programar com tempo suficiente a viagem dos participantes de alto nível para poder tomar decisões. Por isso foi incluído o tema com antecedência. Isso é tudo o que aconteceu no grupo de trabalho com relação às datas.

Quanto aos termos de referência e à agenda, o grupo decidiu reunir-se em 3 de maio, porque a partir dos primeiros dias de maio restaria apenas um mês. A idéia seria que os termos de referência estivessem quanto antes, porque devem ser analisados no grupo de trabalho, depois encaminhados ao Comitê como proposta, como recomendação para sua aprovação, modificação ou debate. O tema deveria começar a ser analisado em 3 de maio para poder ser tratado no Comitê em 10 de maio, a fim de levar o tema ao conhecimento das capitais quanto antes.

A intenção do grupo era trabalhar com a suficiente antecedência para que estes seminários respondam às expectativas de todos os países com a presença de funcionários de alto nível ou de responsáveis em nível de Diretores de Departamento e para ter uma lista de temas nos quais a ALADI pudesse também trabalhar a fim de ajudar os países que solicitaram, em inumeráveis ocasiões, em alguns temas em que a ALADI tem bastante experiência, como foi manifestado em nossas reuniões do grupo de trabalho, para que possa cooperar com os países-membros no intercâmbio de idéias, de experiências, de documentos informativos, não sei, de determinadas questões com os países-membros. Por isso foi incluído este tema aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Como o senhor manifestou, falou como coordenador do grupo de trabalho. Alguém deseja fazer algum comentário sobre o documento? Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Presidente. Temos dois comentários sobre o documento 157/Rev. 1. O primeiro, referente ao ponto 3.a). Nos últimos parágrafos da página 2, onde consta que os relatórios sobre acompanhamento do orçamento por programas do ano 2001 devem ser apresentados cada dois meses. Temos entendido, e creio que assim consta no programa de atividades para este ano, que as reuniões do grupo são mensais. Não sei se as reuniões são mensais e os relatórios, bimensais ou se seria mais lógico que os relatórios fossem também mensais porque as reuniões são mensais. É uma dúvida que temos.

O segundo comentário é sobre a página 3, na letra d), que indica que o grupo acordou que a VI Reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas se realizaria em 27 e 28 de junho. Temos entendido que estas datas foram propostas pela Secretaria-Geral e estão para ser consideradas. Os países-membros não podem ainda acompanhar estas datas. Estes são todos os comentários. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do México. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço também a apresentação deste relatório por parte do Embaixador Onis, como coordenador do grupo sobre acompanhamento e creio que todos estamos muito conscientes de que a atividade deste grupo é fundamental porque nos permite ir monitorando o cumprimento da incumbência desta Associação, aprovada pelo Comitê.

Estou de acordo com o manifestado pelo Representante do México. Considero que seria importante ter um relatório mensal do grupo, que coincidiria com o manifestado, reiteradamente, neste Comitê sobre a necessidade de que este participe mais ativamente, de forma permanente, dos trabalhos da Associação. Portanto, seria bom ter, pelo menos uma vez por mês, um documento que nos informe sobre o que aconteceu, sobre as atividades realizadas ou não e nos permita tomar conhecimento mais direto em nível de Representantes. Desejo que isto conste em atas.

Essa seria minha opinião sobre esse tema. Mas, queria tratar dois assuntos mais de fundo. Um, referente ao relatório do Embaixador. Na letra a), na segunda página, consta a estrutura dos seminários-oficina, onde se apresenta uma decisão de caráter geral, adotada pelo grupo, sobre quais deveriam realizar-se. Em geral não está falando de um seminário-oficina específico, mas dos seminários-oficina, dos objetivos das agendas, dos termos de referência, etc. Considero isto muito positivo fixar um âmbito porque é um importante avanço, mas desejaria chamar a atenção para algo que conversamos ontem, no sentido de que tudo o que corresponda aos grupos de trabalho deverá ser objeto de uma resolução quadro, como manifestou meu colega da Bolívia, que determine claramente que são os grupos de trabalho, os procedimentos para constituí-los, etc., e creio que este capítulo deveria ser analisado, discutido e refletido na resolução que devemos elaborar porque, se não for assim, estaremos misturando níveis de decisão. Trata-se de, uma questão de caráter geral que corresponde ao Comitê e não a um grupo de trabalho específico. Insisto em que isto é um esforço importante que devemos realizar.

Em terceiro lugar, Presidente, com relação ao manifestado por meu colega da Colômbia, quanto ao tema da ALCA, não há dúvida. De fato, a Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros assinala questões muito concretas sobre a importância do tema da ALCA versus o papel da ALADI, de maneira que não há dúvida alguma de que este é um tema central, embora todos os demais também sejam importantes. Por outro lado, a necessidade de concluir os trabalhos para ter os termos de referência, mas ao mesmo tempo, cumprir com o manifestado pelo Embaixador da Colômbia, no sentido de que, por tratar-se de um tema de tanta relevância, estes termos de referência deveriam ser discutidos neste Comitê. Para poupar tempo, proponho passar diretamente ao Comitê o documento que elaborará a Secretaria para que quando esteja pronto possa ser tratado aqui. Evitamos, por um lado, seu tratamento por um grupo de trabalho, como manifestou o Embaixador Onis, e, por outro, damos ao tema o nível, a categoria que merece, de acordo com o manifestado pelo nosso colega da Colômbia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Desejaria saber se o Representante da Argentina, como coordenador, pode pronunciar-se sobre as propostas do México e do Chile.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Com relação à proposta do México, não há nenhum inconveniente. Estou de acordo em que seja elaborado um relatório mensal, que tenhamos no grupo uma noção do estado em que se encontra e que seja distribuído nas reuniões do Comitê.

Com relação ao tema das datas, estou de acordo. Foi uma proposta da Secretaria, que hoje consta em Assuntos em Pauta. Creio que o tema deve ser considerado de forma geral. O grupo faz recomendações. Isso não significa que seja aprovado. A idéia do grupo é sugerir estas coisas ao Comitê. Se o Comitê considera que ainda não foram suficientemente tratadas, que não são boas, que devem ser mudadas, demoradas ou eliminadas, é sua decisão. Essa é a forma como trabalha o grupo. O tema se encaminha ao Comitê, e este decide. Se o Comitê está de acordo, toma nota e aprova a questão. Pelo contrário, o assunto é analisado na mesma reunião em que é apresentado ou em futuras reuniões. Somente são sugestões do grupo de trabalho. Em nenhum momento se deseja substituir as decisões do Comitê.

Se o Comitê considera que os termos de referência devem ser tratados diretamente no Comitê, entendendo o espírito dos participantes do grupo de trabalho de que cabe ao Comitê discutir os temas, não há nenhum inconveniente. Mas, consideramos a estrutura dos seminários-oficina era algo que estava faltando, e como houve algumas representações que fizeram algumas propostas, consideramos importante avançar nesse tema.

Se isso se relaciona com os grupos de trabalho é outro tema. Isto se fez antes do debate de ontem, ou seja que não sabíamos que seria discutido ontem e, segundo, que a estrutura dos seminários-oficina não tem a ver com a competência de fazer isto ou não. As competências específicas dos grupos de trabalho são outro tema. Isto é algo independente, que são os seminários-oficina e uma estrutura geral, e dos grupos que hoje estão vigentes o único que tem um mandato um pouco mais amplo é o de acompanhamento de atividades. O grupo considerou que se devia apresentar ao Comitê uma proposta, um documento básico, que seria um papel com uma série de delineamentos sobre a estrutura dos seminários-oficina em geral. Nada mais. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O senhor complementou amplamente as dúvidas ou afirmações dos Senhores Representantes. Por conseguinte, depois das observações do coordenador do grupo poderíamos tomar nota deste relatório e continuar com os outros pontos.

Antes, desejaria fazer uma pequena observação. Considero que o documento sobre a ALCA poderia ser discutido quanto antes, em uma sessão especial do Comitê de Representantes. Poderíamos fixar uma data para responder as dúvidas à observação do Senhor Representante da Colômbia sobre a necessidade de que este Comitê comece a tratar, como tema especial do documento apresentado pela Secretaria, a base de consultores, cuja única exposição foi feita pela Secretaria-Geral e mereceria uma resposta de todas nossas Representações no momento oportuno.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). A Venezuela concordaria com a proposta do Chile no sentido de discutir a estrutura do seminário-oficina. Não sei se este é o momento. Já temos algumas observações, mas não desejariamos que este tema fosse aprovado, porque ainda deve ser analisado por alguns Representantes no Comitê. Estou de acordo com a proposta da Colômbia, no sentido de que deve haver uma coordenação entre estes seminários e os work-shop

de análise sobre a ALCA, inclusive de integração física. Deve haver uma coordenação nas atividades do Comitê, que está convocando todos estes peritos na matéria e estes work-shop. Ambos não são completamente independentes. Estão relacionados entre si. Isso é tudo. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Presidência deseja esclarecer que não disse que o documento foi aprovado, mas toma nota dele com as observações das Representações Permanentes do dia de hoje. Tomar nota das observações não significa aprovar o relatório. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, simplesmente queria mencionar que foram feitas algumas propostas apoiadas pelo Embaixador Onis. Por conseguinte, considero que todos coincidimos na importância de tratar esse tema e analisar o documento antes de passar aos termos de referência, porque esse é um tema muito importante e deve ser examinado. Essas observações devem ficar registradas e a partir disso tomar decisões. Estamos de acordo?

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Senhor Presidente, devemos fazer algumas observações sobre os temas, porque nem todos são do mesmo teor. Há alguns cujo tratamento por ser demorado, outros não. Volto à página 1, onde constam os três temas.

Quanto à avaliação do Programa de Atividades do ano 2001, o grupo sugere que determinadas atividades, por circunstâncias analisadas no grupo não sejam incluídas no Programa de 2001. Isto é, seriam consideradas concluídas no programa de 2000. Entretanto, existem outras que se sugere incorporar ao programa de 2001, com os recursos correspondentes do ano anterior. Esta atividade em particular mereceria alguma decisão. Não sei se neste momento, mas isto merece uma decisão para que a Secretaria faça um documento, não qual seria a forma jurídica de transferência de atividade. Creio que se falou de um acordo do Comitê de Representantes para ser incluído como um anexo ao Programa de Atividades de 2001. É importante que estas quatro ou cinco atividades que ficaram pendentes no ano anterior continuem sendo realizadas neste ano.

Com relação ao ponto 2, seminários, também consideramos importante acordar, em breve, as datas em que vão se realizar. Se pensamos na data de 7 de junho, considero que não há tempo suficiente para começar a conversar com nossas Chancelarias para que nos informem sobre os peritos que assistirão, que documentos lhes foram enviados, etc.

Por último, o ponto 3, referente ao relatório bimensal. Tampouco sei qual seria o procedimento, se devemos tomar nota ou aprová-lo. O grupo de trabalho considerou que era correto o que tinha feito. Este deveria ter algum apoio na análise feita do período janeiro-fevereiro, já que nesses pontos, hoje ou na próxima reunião, deveria haver uma decisão, para não continuar adiando estes temas; os outros podem ficar para ser debatidas no Comitê, sem nenhum inconveniente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Presidência deixa de tomar nota, momentaneamente, porque considera que suas observações são muito

importantes no sentido de aprovar determinados itens deste relatório. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, compartilho e apoio plenamente o manifestado pelo Embaixador e, concretamente, aceitamos como proposta para todo o Comitê, que seria aprovar todo o ponto 2, tomar nota da letra a), tratá-la quando discutamos sobre os grupos de trabalho e as formas de funcionamento, aprovar a letra b), referente às datas, e a letra c) do mesmo ponto 2, porque nela consta um calendário muito necessário para a Secretaria e para nós.

Com relação ao ponto 3, considero que deveria ser aprovado na íntegra, com exceção do parágrafo final, referente ao seminário-oficina sobre a incidência da ALCA, onde se propõe tratar a agenda e o documento. Considero que o que a Secretaria apresentará em 3 de maio no grupo de trabalho de atividades deveria ser tratado em 2 de maio, na sessão ordinária do Comitê, para ganhar tempo.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. O senhor apresentou uma proposta muito concreta. Os Senhores Representantes que desejem fazer algum comentário podem fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, desejaria nada mais que tratar ponto por ponto, isto é, ponto 1, ponto 2, para saber sobre qual podemos decidir e que faremos onde e quando não pudermos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Estão todos de acordo com este procedimento? A Presidência submeterá a consideração os pontos e os senhores darão seu parecer ou farão alguma observação.

Com relação ao documento 157/Rev. 1 do relatório do Grupo de trabalho sobre Programa de Atividades da Associação, pergunto se estão de acordo com o ponto 1. Não havendo observações, aprova-se.

Submeto à consideração dos senhores o ponto 2. Neste ponto houve observações sobre a estrutura dos seminários-oficina e sobre os objetivos. Solicito alguma opinião a esse respeito. Pergunto se tomamos nota deste parágrafo ou é submetido a aprovação. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, minha Delegação estaria em condições de aprovar a recomendação do ponto 1. a), a estrutura do seminário-oficina. Contudo, pela discussão que se suscitou, deduzo que algumas Representações têm observações. Por conseguinte, poderíamos manter este ponto como um ponto separado da agenda para uma próxima reunião do Comitê. A proposta da Representação do Chile de trasladar a discussão do tema e do funcionamento da ALADI também deve ser considerada, mas o que estávamos discutindo ontem era a estrutura e funcionamento dos grupos de trabalho, os órgãos subsidiários do Comitê de Representantes. Estes são os seminários-oficina que até agora não têm nenhuma regulamentação. As sugestões apresentadas são boas. Por conseguinte, poderiam ser as duas coisas. Aprová-los aqui para que já sirvam de orientação para os trabalhos preparatórios destes seminários e também incorporá-los a uma resolução-mãe. Entretanto, se agora não estamos em condições de aprová-lo, deveríamos tratá-lo como tema separado na próxima reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Estaria de acordo com a proposta de meu colega do Brasil, de aprová-lo agora para os seminários concretos de que estamos falando e, ao mesmo tempo, tê-lo como referência para uma resolução mais ampla.

PRESIDENTE. Aprovamos e tomamos nota também deste ponto para uma discussão posterior, como manifestaram o Brasil e o Chile. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Lamentavelmente não podemos concordar com a proposta do Brasil, salvo que discutamos os termos aqui. Temos algumas observações sobre os termos de referência e gostaria de analisá-los na próxima reunião, como manifestou o Delegado do Brasil. Creio que quando falamos dos grupos de trabalho houve uma proposta de incluir também os órgãos auxiliares. Ainda que não se tenha discutido a fundo sobre a matéria, acredito que eles e seu funcionamento na ALADI são importantes. Devemos dar, pelos menos, algumas pautas ou alguma regulamentação a respeito do que são órgãos auxiliares. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Presidente. A Representação do México estaria em condições de aprovar os pontos 1 e 2 completos, com seus três incisos, se consideramos que é particularmente importante aprovar as datas propostas, já que estamos próximos da data e que houve avanços importantes no grupo de trabalho sobre a estrutura dos seminários-oficina, que deve ser aproveitada para avançar nestes seminários. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell). Obrigado, Senhor Presidente. Minha Representação também acompanha as propostas do Brasil e do México com relação à estrutura dos seminários-oficina e às datas propostas, os pontos b) e c), levando em conta que falta quase um mês e meio para a realização dos seminários-oficina. Considero que não deveríamos adiar mais o início destes trabalhos. Por conseguinte, apoiamos a proposta do Brasil e do México.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Com base nestas quatro últimas intervenções, a Presidência desejaria perguntar se deixamos para uma próxima discussão o primeiro parágrafo do ponto a) e aprovamos a agenda de termos de referência, as datas e os participantes, para continuar adiante com nossa organização, para não demorá-la mais. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Como Representante da Argentina, não como coordenador, nossa Representação considera que estamos em condições de discutir agora, porque até o momento foi feita uma análise geral, sem começar a aprofundar sobre a estrutura.

A Presidência estava sugerindo dividi-lo em duas partes, deixar o objetivo para mais adiante e aprovar hoje os termos de referência. Estaria em condições de conversar agora sobre os objetivos para já ter uma primeira idéia a fim de continuar na próxima reunião, tendo uma primeira impressão sobre os temas. Talvez os outros temas possam ser aprovados hoje porque são de forma, como as datas ou os participantes e, talvez, no que se refere ao tema objetivos, possamos fazer hoje uma pequena rodada de opiniões e a Secretaria poderia ter para a próxima semana um documento mais elaborado, para não começar a tratar esse tema na semana que vem porque demoraríamos um ou duas semanas mais para aprovar os termos de referência.

Portanto, minha proposta é aprovar, pelo menos, as datas e a questão dos participantes e começar a conversar sobre objetivos e termos de referência, que também são gerais. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, essa é a idéia. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Presidente. Só para manifestar que, talvez, um dos problemas com a proposta sobre a estrutura dos seminários-oficina seja seu caráter muito geral. Obviamente, é difícil chegar a um acordo em temas muito gerais, mas no ponto c) se fala de encomendar à Secretaria-Geral a elaboração da agenda e dos termos de referência específicos. Pareceria haver uma contradição ou diferença com o segundo parágrafo do ponto a), que fala da agenda que será elaborada pelos grupos de trabalho.

Neste caso estamos pedindo que a Secretaria-Geral, e não o grupo de trabalho analise o ponto c). Devemos continuar com esse mecanismo para poder revisar esses termos específicos, independentemente de que depois se possa continuar tratando a parte geral.

PRESIDENTE. Senhor Representante, a Presidência desejaria lembrar-lhe que no parágrafo Agenda e Termos de Referência diz que o grupo de trabalho elaborará para o Comitê uma lista extensiva de temas, com base em uma proposta da Secretaria-Geral. Ou seja, que ficaria bem com a parte de encomendas à Secretaria-Geral sobre a preparação da agenda e dos termos de referência. Esta é minha opinião sobre o tema.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Estou de acordo com a Presidência. Teve-se especial cuidado em que uma coisa estivesse relacionada com a outra. Como normalmente a Secretaria-Geral nos apóia na elaboração dos documentos, a idéia era que a Secretaria fizesse um primeiro projeto de agenda e de termos de referência.

As vantagens comparativas são um dos temas dos seminários, que também foi muito discutido no grupo. Ou seja, há dois pontos, uma agenda, que será uma lista extensiva de temas. O objetivo dos seminários seria o que é que a ALADI poderia fazer em todos estes temas. O objetivo central de todos estes seminários-oficina são temas incluídos no programa de atividades, e muitas vezes os Governos, quando não estão em condições de aprovar algum documento, perguntam para que serve esse documento. O objetivo destes seminários é definir, através de peritos governamentais, OS temas da ALADI que interessam aos países, para incluí-los no

programa de atividades, a fim de que a participação dos países seja mais ativa na definição dos temas que interessam à ALADI.

Por conseguinte, a agenda é uma lista extensiva, os termos de referência se referem aos objetivos de cada seminário em particular e constariam em anexo as vantagens comparativas da ALADI nestes temas. Pode ser o tema da ALCA, o tema de infra-estrutura, de integração física, de alfândegas; ou seja que esse é um dos objetivos destes seminários-oficina. Por isso é importante que a Secretaria inicie este trabalho, porque é a que mais sabe quais são suas vantagens comparativas sobre a agenda da ALCA, tem competência em acesso a mercados? Sim, então, que fale desse tema e explique porque, também se indicou no caso do México, que era importante, se existiam outros organismos na região, que trabalhavam nos mesmos temas, para não duplicar ações na Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Creio que as letras b) e c) do ponto 2 são as que devem ser mais debatidas. Estamos todos de acordo em aprovar esse calendário, que é muito importante, e por razões práticas deveríamos tê-lo claro para que as Representações e a Secretaria comecem a organizar-se.

No que diz respeito à letra a), poderíamos aprovar seu texto porque serve de referência para estes seminários, e isso é o que desejamos esclarecer e aprovar, fazendo constar em atas o referente ao tema geral dos seminários-oficina, da competência dos grupos de trabalho sobre os seminários-oficina, porque considero que esse é o tema principal. Isso será objeto de discussão posterior e, portanto, esta letra a) deve ser aprovado e deve constar em atas. Isto não significa coisa julgada com relação ao trabalho futuro da Associação em matéria de seminário de grupo de trabalho e em outras matérias, porque quando aqui se diz, por exemplo, que o grupo de trabalho que corresponda elaborará uma lista extensiva. O que acontece se não há grupo de trabalho específico? Quem trata o tema? Mas, esse debate faz parte do debate geral que devemos ter sobre o funcionamento dos grupos de trabalho e suas competências nessa área.

Para não dificultar o trabalho futuro e imediato, minha proposta seria aprovar todo o ponto dois, com a ressalva de que o que consta na letra a) seja tomado como referência para os seminários pendentes, e que já tem data fixada e o tema global seja discutido em outra sessão.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado. Como estamos entrando mais no tema, desejaria fazer algumas reflexões, pelo menos uma discussão da primeira leitura. Considero que alguns termos deveriam ser esclarecidos um pouco mais, apesar de ter ficado bastante claro com a última intervenção da Argentina.

Por exemplo, o objetivo fundamental do seminário é determinar as áreas e as ações da ALADI, e não é um seminário quem determina isso. Deveríamos ter cuidado com o que nele se diga, porque vamos dizer aos funcionários que isso é o que se vai fazer; obviamente, pareceria que fica subentendido que isso seria encaminhado ao

Comitê ou aos grupos de trabalho, mas gostaria de que não se falasse de determinar, mas, por exemplo, de recomendar. Estou de acordo em que se analise e que o objetivo principal seja buscar algumas recomendações do que se deve fazer.

Por outro lado, estas questões de vantagens comparativas, como qualquer coisa comparativa, são totalmente relativas, inclusive não sei comparativas com quê; são comparativas com a situação atual em funções da ALADI e seu delineamento futuro ou somente com a situação atual? Se olharmos para o futuro ou para a situação atual, deveríamos ter alguns elementos de juízo, antes de adotar vantagens comparativas. Não ficaria nada. Não analisei isto a fundo. É o anexo das vantagens mais absolutas que teria para a ALADI sobre as medidas a serem adotadas, mas, em princípio, considero complicado colocar vantagens comparativas nesses termos.

Em princípio, não tenho inconveniente em discutir as primeiras observações, como propôs a Argentina. Em uma primeira leitura encontrei estas duas observações que me permito transmitir aos senhores. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Presidente, com relação ao ponto indicado pela Venezuela, queremos fazer um esclarecimento sobre a semântica. Este tema foi tratado na quinta-feira desta semana. A Secretaria nos distribuiu uma primeira minuta na terça-feira à noite. Ontem pela manhã lhe enviamos as observações, feitas com muita pressa, porque lemos o documento a última hora. Muitas das redações não são suficientemente bem feitas, por um problema de tempo para poder distribuir este documento ontem pela noite. Por conseguinte, pode haver algumas redações feitas às pessoas, mas a intenção é que conheçam a opinião do grupo sobre cada um dos temas.

Quanto ao objetivo, creio que não haveria inconveniente. Em lugar de determinar deve dizer fazer recomendações para o âmbito de ação da ALADI em cada um destes temas selecionados, porque considero que tudo isto se realiza com base na Resolução 54 (XI), que é definir o papel da ALADI. Todas estas ações, tanto seminários, grupos de trabalho, reuniões de avaliação e consulta, todo este tipo de eventos que se pensa realizar este ano é para que os Representantes no Comitê tenham elementos de juízo suficientes para fazer uma proposta para o Conselho de Ministros para saber qual será o papel da ALADI nos próximos anos. Esta é mais uma de uma série de ações. Esse é o objetivo, os peritos não nos vão dizer o que devemos fazer, apesar de que, certamente, serão os que sugerirão ou encomendarão que a ALADI possa trabalhar em algum tema ou em nada. Estamos abertos a isso. Essa era a intenção destes seminários-oficina, e considero totalmente apropriado fazer recomendações.

No que se refere a vantagens comparativas, aqui há uma terminologia aladiana, porque quando falamos das vantagens da ALADI estamos referindo-nos aos temas nos quais a ALADI tem trabalhado nos últimos 20 anos. Tem peritos, tem assessores, tem chefes de departamento. Essa é a lista extensiva da lista de vantagens comparativas, nesses temas, por exemplo, origem, salvaguardas. Nesses temas sim podemos apoiar, mas se falam de compras governamentais, de investimentos, meio ambiente, nesses temas não há vantagens comparativas da ALADI. Pode fazê-lo, mas não há vantagens comparativas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. No que se refere a “determinar o âmbito de ação”, sua leitura rápida nos dá a impressão de que são os seminários-oficina os que devem determinar. Minha idéia, depois da vírgula, é determinar o âmbito. Deveríamos determinar o âmbito de ação; “em todos os casos, o objetivo dos seminários-oficina é determinar o âmbito de ação”. Obviamente se tivéssemos querido dizer que os seminários-oficina são os que determinam, teríamos dito isto de outra maneira. Trata-se, um pouco, de duas interpretações da mesma coisa. Eu interpreto desta maneira; determinar corresponde a este Comitê e, após concluído o seminário, determinar qual é o âmbito de ação da ALADI em cada um dos temas selecionados. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, desejaria expressar a opinião de minha Representação. Não temos inconveniente em acompanhar o Comitê na aprovação, em caráter de recomendação, e também o conteúdo da letra a), sobre os seminários-oficina, esclarecendo o alcance desse conceito, que deve ser abandonado, de “determinar”, e substituí-lo por “recomendar o órgão de sua competência”, que é o Comitê.

Por outro lado, considero útil indicar o objetivo, a formulação dos termos de referência, inclusive as datas; enfim, é adequado que façamos isto, mas não devemos confundir-nos quanto a que não é um órgão auxiliar permitido pelo Tratado e pelo Regulamento do Comitê. Esse tema foi encomendado, depois de longo debate, à Secretaria-Geral para que nos prepare um projeto de resolução que será de caráter genérico, uma resolução mãe; e dela poderão surgir as competências, alcances, finalidades, etc., dos grupos de trabalho como órgãos auxiliares.

Se dentro desse conceito, e com essa finalidade, serve poder falar de seminários-oficina como, de alguma maneira, instrumentos ad hoc para as finalidades gerais também do Tratado de Montevideu, não há nenhum inconveniente em aprovar de formar preliminar este inciso a), mas considero importante aprovar os inciso b) e c) porque, indubitavelmente têm caráter preparatório para que nossos próprios países possam organizar a participação de seus delegados nos níveis correspondentes e possa destacar-se, ao mesmo tempo, a importância que atribuímos a estes seminários-oficina, que são de caráter instrumental, que naturalmente não têm caráter definitivo. Por isso não podem aprovar nada, mas recomendar ações, propósitos, inclusive definições que contribuam à tarefa do processo de integração. Por isso, Senhor Presidente, queríamos dar nosso apoio ao prolongado e rico debate e ter claro que contribuí, em definitivo, ao que se está tratando de criar para melhorar a estrutura e o funcionamento do Comitê, apoiando o papel dos órgãos auxiliares, que vão tratar um tema importante, que já começou a ser tratado informalmente em grupos especiais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Com base no manifestado pela Presidência, desejaria propor-lhe continuar com as propostas feitas, principalmente a apresentada pela Representação do Chile e apoiada também pelo Chile, no sentido de aprovar o ponto a) como referência para os seminários e fazer constar em atas que o Comitê de Representantes continuará examinando este ponto, no que se refere à estrutura dos seminários-oficina, no parágrafo referente aos objetivos.

Creio que desta maneira chegamos a uma solução salomônica para não deixar atrás determinações que permitam que os seminários-oficina programados, com as datas determinadas, possam continuar sendo preparados pela Secretaria. Com base no manifestado, esta seria minha primeira proposta.

A segunda é também baseada no que os senhores manifestaram, de aprovar os pontos b) e c), no que se refere às datas e para que a preparação destes seminários-oficina, muito importantes, possa realizar-se nas datas propostas pelo grupo de trabalho. Considero que não há nenhum inconveniente com esta segunda proposta.

A terceira proposta, com algum ajustamento, é sobre o ponto 3 a), que ficaria: “o Comitê de Representantes recomenda que a apresentação do relatório seja mensal”; ou seja que mudaríamos bimensal por mensal. O coordenador do grupo apoia essa proposta.

Aprovaríamos os demais pontos, talvez indicando que o México fez uma breve observação sobre a data do grupo de trabalho da VI Reunião de Responsáveis pelos Escritórios Governamentais. Em princípio, poderíamos aprovar essa data, mas sujeita às opiniões de algumas Representações sobre a data desta reunião no Rio de Janeiro.

Os senhores têm algum inconveniente a esse respeito? Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, nada mais que uma precisão sobre essas datas, que estão no inciso b), dos dois seminários-oficina. Entendo que estamos aprovando a recomendação a nossas capitais para que aceitem essas datas. Não estamos convocando os seminários-oficina. Se é nesse sentido, estou totalmente de acordo.

PRESIDENTE. Sim, senhor. Essa é a informação que vamos enviar a nossos países sobre as datas, para depois aprovar a convocação definitiva.

Representação da COLÔMBIA (Artur Sarabia Better). Somente para esclarecer a idéia. Estaríamos aprovando o ponto 2, com a observação do Chile. Solicitaria ao Senhor Representante do Chile que nos repetisse a idéia para ter claro o último parágrafo do ponto 3, sua referência que seria encaminhado ao próximo grupo de trabalho um tema que já foi decidido tratar diretamente no Comitê.

PRESIDENTE. A idéia é fazer a reunião do Comitê de Representantes em 2 de maio, mudar somente a data e dizer que seja tratado no Comitê de Representantes.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Devemos elaborar dois parágrafos. Minha idéia é que fique para o final “o grupo de trabalho acordou reunir-se em 3 de maio próximo para tratar a agenda e os documentos para os seminários sobre integração física e transporte. Outrossim, o Comitê manifestou que o tema das agendas e documentos do seminário-oficina sobre incidência da ALCA no processo de integração será analisado na quarta-feira, 2 de maio, no Comitê.

PRESIDENTE. É correta esta interpretação? Então, consideraríamos aprovado o ponto 3, com as modificações feitas e o segundo parágrafo, que acaba de propor-nos o coordenador do grupo de trabalho, o Senhor Representante da Argentina.

Os senhores desejam fazer alguma observação a estas propostas? Não havendo observações, aprovam-se.

Desejaria consultar ao Senhor Representante da Venezuela, que queria falar sobre os objetivos e a estrutura dos seminários-oficina, se podemos adiar o tema. Se

não houver inconveniente, deixaremos o tratamento do tema para a próxima semana. Solicito aos senhores que venham preparados para tratar este tema, que consideramos muito importante para os trabalhos dos seminários-oficina.

Por conseguinte, passamos a tratar o ponto 7 da ordem do dia.

7. Análise do documento “Evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o papel da ALADI” (ALADI/SEC/dt 428).

PRESIDENTE. Desejaria deixar momentaneamente a Presidência e solicitar ao Senhor Vice-Presidente, Representante do Paraguai, que assuma a Presidência.

- Assume a Presidência o Embaixador José María Casal.

PRESIDENTE. Submeto a consideração o ponto 7 da agenda.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Senhor Presidente, queria tratar, como Representante Permanente, o ponto 7 da agenda, distribuído com suficiente antecedência, para que tomássemos conhecimento de seu conteúdo. Cremos que aqui não finaliza o tratamento deste tema. Pode fazer parte da próxima agenda do Comitê de Representantes e podemos tratá-lo cada vez que seja necessário, porque é muito importante.

Se o Senhor Presidente não tiver inconveniente falaria sobre o documento apresentado pela Secretaria há várias semanas, e que mereceu um exame preliminar, logicamente, porque praticamente é um aide-mémoire. Seria conveniente começar seu tratamento, porque não lembro quando foi apresentado, mas creio que foi distribuído há 30 ou 40 dias. Por conseguinte, desejaria dizer que minha Representação examinou cuidadosamente o documento de base solicitado pelo Comitê à Secretaria-Geral, e agora vamos começar sua análise formal.

Desejo manifestar minha satisfação e felicitar a Secretaria-Geral porque se trata de um aide-mémoire muito completo, muito concreto, que nos informa sobre uma série de acontecimentos que, muitas vezes, desconhecemos por não estarmos na ALADI nos momentos mais cruciais de seu tratamento e, além disso, porque são muitos os temas que devemos tratar. Este aide-mémoire nos facilitará enormemente estes trabalhos a fim de poder cumprir, com sucesso, a encomenda de nossos Ministros na Décima Primeira Reunião do Conselho, realizada no ano passado.

No nosso entender, este documento nos permitirá elaborar melhor o estudo com os resultados preliminares sobre a evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o futuro papel da ALADI. Será útil nessa etapa de nossos trabalhos.

Por conseguinte, desejo fazer alguns comentários sobre o documento dt 428. Em primeiro lugar, a avaliação do grau de aproveitamento dos diferentes instrumentos do Tratado de Montevideu 1980 determina que impulsar o processo integrador não depende apenas da existência desses instrumentos, mas dos compromissos que os países-membros assumam para utilizá-los concretamente. Nem é suficiente que os mencionem. Importa que todos nossos países, os doze, tenham a vontade política de utilizar esses instrumentos.

No documento também ficou evidenciado que há mecanismos previstos no Tratado que perderam vigência por terem sido superados pelo avanço dos acordos de nova geração, enquanto que outros simplesmente não foram levados à prática.

Acredito que o Tratado de Montevideu diz tudo o que necessitávamos ter, mas houve avanços que permitem colocar em andamento determinadas normas, aplicar determinadas normas que também estão no próprio Tratado.

Em segundo lugar, por isso a articulação e convergência dos diferentes acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 se perfila como um dos trabalhos primordiais para futuro, para o fortalecimento da Associação Latino-Americana de Integração.

Em terceiro lugar, outra tarefa essencial que consta do documento é propiciar o aprofundamento e a consolidação dos acordos vigentes, mas avançando para a progressiva multilateralização das preferências no âmbito regional.

Decorre, também de sua leitura a existência de outras áreas onde é possível avançar para estabelecer normas comuns regionais, normas de origem, barreiras técnicas ao comércio e outras.

Por outro lado, como seu próprio nome indica, consideramos que o mesmo, especialmente o Capítulo III, que constitui uma parte substantiva do estudo, está sendo complementado, enriquecido com os comentários e sugestões dos países-membros com as conclusões, tanto das duas primeiras Reuniões de Consulta e Avaliação como com as restantes, que se realizarão em breve.

Isto, Senhor Presidente, é uma aproximação muito preliminar do documento. Desejo reiterar nosso reconhecimento por este trabalho altamente técnico. É uma muito boa recopilação. Coincidimos com o Secretário-Geral no dia em que apresentou formalmente o estudo, quando manifestou que este trabalho era uma valiosa contribuição, séria e transcendental, sem emitir juízo de valor sobre os trabalhos que está desenvolvendo o Comitê de Representantes.

Finalmente, desejo ser muito sincero e dizer-lhes que nos corresponde continuar fazendo nosso trabalho de campo. Devemos assumir uma responsabilidade muito grande como Representantes, para ir pensando, por exemplo, em começar a trabalhar no índice, em uma espécie de "sílabus" que terá o documento oficial que este Comitê deverá apresentar ao Conselho de Ministros, com nossas considerações, conclusões e recomendações preliminares.

Deveríamos começar a trabalhar, informalmente, sobre os pontos do documento que apresentemos aos Ministros, não sobre o conteúdo, porque ainda é cedo e falta cumprir algumas etapas, mas creio que é nossa responsabilidade, não da Secretaria, começar a esboçar o conteúdo de um documento e, certamente, teremos que trabalhar muito para chegar a um documento final, mas temos a certeza de que assim faremos porque é a encomenda que recebemos do Conselho de Ministros. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Peru. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente. Minha Delegação, como a Representação do Peru, queria também compartilhar com os senhores de alguns comentários e observações sobre o documento de base, apresentado há dois meses pela Secretaria, documento dt 428, que todos enviamos a nossas capitais.

Queria fazer alguns comentários gerais. Primeiro, que o documento é, logicamente, de exclusiva responsabilidade da Secretaria-Geral. Atende, no nosso entender, satisfatoriamente a encomenda do Comitê, fundamentalmente, de contar com um insumo na elaboração de um estudo encomendado pela Resolução 54 do Conselho de Ministros.

O segundo comentário geral é que estamos, basicamente, de acordo com a avaliação positiva da Secretaria sobre o processo de integração, ao amparo do Tratado de Montevideu, e sobre o papel dinâmico dos esquemas sub-regionais e acordos bilaterais de última geração desenvolvidos, fundamentalmente, na última década.

Consideramos, também, em geral, adequada e realista, salvo em algumas partes do texto, a percepção da Secretaria-Geral sobre o papel futuro da ALADI. Esse é o segundo comentário geral.

O terceiro comentário geral é que, não obstante o que já dissemos, o documento tem um defeito. E é mesmo compreensível; não destaca de maneira adequada o descumprimento de algumas disposições centrais do Tratado de Montevideu 1980 e da implementação de alguns acordos regionais, os que constituem, como sabemos, a base do âmbito normativo comum.

Contudo, este defeito do documento pode, inclusive, entender-se à luz do papel da Secretaria na elaboração desse estudo que, como sabemos, é fundamentalmente de nossa competência, do Comitê de Representantes.

Teria algumas observações de detalhe sobre o Capítulo I e sobre o Capítulo II, mas creio que seria melhor guardá-las para o momento mais oportuno, de que nos falou nosso Presidente, como Representante Permanente do Peru, quando o Comitê comece realmente a preparar o trabalho de seu relatório para a reunião do Conselho de Ministros.

Creio que tanto o Capítulo I, evolução da integração regional, como o Capítulo II, avaliação da ALADI, são, como dizem, insumos muito valiosos para o tratamento dos temas específicos do futuro da ALADI. Por exemplo, haveria observações sobre os acordos de alcance regional, sobre os acordos de alcance parcial, etc., mas seria melhor deixar isto para o final.

Desejo fazer um comentário sobre o Capítulo II – o papel da ALADI e as medidas para fortalecê-la. Quando a Secretaria, na página 35, “reafirma a vigência dos mecanismos do Tratado de Montevideu como instrumentos adequados para impulsionar o processo de integração regional”, está fazendo-o muito bem, mesmo quando defende a necessidade de ações para o fortalecimento da ALADI e quando diz que essa tarefa não deve consistir em fixar-se metas irreais. Congratulações! Também o faz muito bem. Porém, curiosamente, no final da página 35 do documento, depois deste diagnóstico muito claro, diz: “este cenário poderia variar radicalmente se os países assim decidissem”, coisa que me parece uma tautologia, ou seja, uma

afirmação sem fundamento, porque não entendo como os países poderiam alterar radicalmente suas políticas de integração e mudar o cenário que temos diante de nós há 20 anos. De qualquer forma, este é um parágrafo que se pode saltar e podemos ficar com os que vinham antes, que sim nos oferecem um diagnóstico bastante realista do processo de integração.

Em síntese, Senhor Presidente, creio que o documento da Secretaria é um muito bom insumo para nossos trabalhos, que deve ser aproveitado no futuro e deve ser analisado em determinado momento, que decidiremos, de uma maneira realmente em detalhe.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). A Representação do México leu com muito interesse o documento dt 428 da Secretaria-Geral. Trata-se de um exercício de auto-avaliação muito honesto e preciso. Coincidimos com as Representações que nos antecederam em que será um insumo muito valioso para os trabalhos deste Comitê e que permite apreciar, de forma sintética, as limitações e possibilidades da Associação. Por conseguinte, representa uma boa base para pensar e debater estas medidas, visando o fortalecimento da ALADI.

Talvez, pela própria estrutura, tenhamos uma observação sobre o Capítulo II, que analisa muito as partes que constituem a ALADI, o Tratado de Montevideu 1980. Julgamos necessário fazer uma avaliação da ALADI em seu conjunto. Cremos que se faz uma muito boa avaliação de cada uma das partes, mas falta um pouco a visão de conjunto e talvez não corresponda à Secretaria fazê-lo. Talvez deva ser feito aqui, no Comitê, onde deveríamos pensar em função dos objetivos com que foi criada a ALADI, em função dos benefícios que poderia acarretar hoje para seus países-membros. Seria de muita utilidade e permitiria colocar em sua devida perspectiva cada um dos temas que consideramos muito bem tratados individualmente no documento.

Nesta avaliação geral seria útil fazer um balanço, por exemplo, entre o tratamento que dá a ALADI aos temas comerciais, tarifários e não-tarifários e aos temas não comerciais, isto é, turismo, científicos, financeiros, etc., que maneja ou se pretende manejar na ALADI. Como dizia, talvez não seja o papel da Secretaria-Geral fazer este exercício, e desejaríamos solicitar uma revisão onde constasse estes e alguns outros comentários.

Mesmo que o documento não contenha propostas concretas para fortalecer a ALADI, como o México teria desejado, apresenta alguns juízos sobre a situação em que se encontra a Associação, que apontam para caminhos a serem explorados com esse objetivo. Por exemplo, no ponto 5 do Capítulo II, e isto já foi mencionado por alguma Representação, diz que “a ALADI tem dois desafios imediatos: substituir todos os acordos por acordos de livre comércio e propiciar sua articulação e convergência em um amplo espaço regional”.

Quanto a este último desafio, indica que o TM80 não determina a forma de implementá-lo e que o mecanismo institucional, criado para tal fim, a Conferência de Avaliação e Convergência, nunca considerou a matéria.

Outro exemplo é o ponto 3.4, no qual diz que “o aprofundamento dos processos de liberalização comercial terá limitado impacto na expansão dos fluxos comerciais. Por conseguinte, devem ser incrementadas a cooperação política e a adoção de disciplinas gerais que contribuam para uma maior transparência dos fluxos comerciais”. Estamos falando novamente sobre temas que esta Representação e muitas outras propuseram nos últimos anos, que são: articulação e convergência e normas regionais. Acreditamos que seria interessante contrastar esta posição da Secretaria em favor destas duas linhas de trabalho com, por exemplo, as conclusões do estudo recentemente apresentado sobre a estratégia para preservar as preferências intra-ALADI frente à ALCA que, embora saibamos que não é um documento da Secretaria, mas de consultores, indica que não parece viável avançar na articulação e convergência e na adoção de normas regionais. Então, estamos em um dos pontos-chaves da ALADI: se é possível avançar, hoje em dia, nestas duas grandes áreas.

Finalmente, consideramos que o Capítulo III poderia ser melhorado, porque não nos parece que cumpra totalmente o propósito que indica seu título, que é discutir o papel da ALADI e, pelo menos, estabelecer bases para determinar medidas para seu fortalecimento.

Apesar de falar da vigência dos mecanismos do TM80, o capítulo não faz uma reflexão explícita sobre o papel que tem ou poderia ter a ALADI, particularmente perante a provável criação da ALCA. O capítulo não se refere, por exemplo, ao acervo que constituiu a ALADI em matéria de informação e de especialização técnica, temas que tratamos muito nos últimos meses, o papel que poderia desempenhar como foro de discussão, de negociações ou de solução de controvérsias entre os países-membros.

A seção 5, “Os desafios a enfrentar”, parece-nos um pouco confusa e não suficientemente desenvolvida. Por exemplo, propõe-se que a ALADI assuma seu papel como âmbito jurídico institucional. Acreditamos que esse é um papel passivo e a continuação se propõe propiciar a articulação e convergência. Talvez sejam as contradições próprias de uma circunstância onde ainda nos falta tomar decisões claras. Diz-se também que a participação empresarial deve ser objeto de um tratamento diferente, mas não se sugere as formas de obtê-lo. Afirma-se que se deve evitar a tendência a ampliar o espectro de atividades, mas não se especifica em que tipo de temas se deve trabalhar e em quais não.

Em suma, consideramos o documento como um ponto de partida e de insumo muito bom para nossas discussões, mas poderia ser melhorado, ajudando-nos a avançar mais em alguns dos temas que indiquei. Cremos que, deve ser enriquecido com as reflexões derivadas das reuniões de Avaliação e Convergência que estamos realizando, e neste sentido seria conveniente fazer uma versão revisada, incorporando estas discussões, bem como os comentários que possamos fazer as Representações.

Finalmente, desejaria lembrar uma proposta do México, feita há alguns meses, e creio que continua sendo procedente no sentido de solicitar à Secretaria-Geral a elaboração de uma espécie de lista de possíveis propostas para fortalecer a ALADI, embora não seja uma questão onde se comprometa alguma em particular, mas simplesmente apresentar uma matriz, que tenha uma coluna de problemática e outra de possíveis ações que nos ajudem a perfilar a discussão neste Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do México. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Queremos aderir às congratulações das Representações que me precederam no uso da palavra com relação ao trabalho que estamos considerando sobre evolução do processo de integração e medidas para fortalecer o papel da ALADI.

Em primeiro lugar, queria manifestar que esta primeira rodada de comentários se refere a uma apreciação geral sobre o documento e que quando elaboremos a proposta do Comitê para encaminhá-la ao Conselho de Ministros entraremos em detalhes sobre diferentes aspectos. Não consideramos este documento como feito pela Secretaria. Não vamos corrigir ou modificar nada. Nós faremos os comentários que consideremos necessários.

Nesse sentido, é um documento muito bom. Diria que desde que estou na ALADI, pela segunda vez, nunca tinha visto um documento da Secretaria tão realista, não somente sobre os temas tratados, mas sobre seu conteúdo dos mesmos e que mencione uma série de situações críticas pelas quais atravessa a Associação. Por isso reitero minhas congratulações, porque realmente não é fácil, menos para os funcionários internacionais, que devem compatibilizar suas opiniões com outros doze, ser suficientemente corajosas para dizer o que está mal, o que está bem e o que deve ser corrigido. Creio que este é um dos defeitos que temos na ALADI. Nunca enfrentamos os problemas diretamente e dizemos as coisas como são. Creio que este tipo de intercâmbio de idéias e comentários é muito importante.

Da análise dos pontos, tanto de acordos regionais, de acordos sub-regionais e diferentes temas que incumbem à Associação, flui uma apreciação bastante certa de seu desenvolvimento. É possível que alguns temas não tenham sido tratados ou não tenham sido tratados com a suficiente profundidade, mas não há trabalhos perfeitos. Sempre há alguma coisa que falta em toda nossa vida, mas é suficientemente completo para servir de insumo muito importante para o Comitê.

Refiro-me diretamente às propostas. Creio que coincidimos com as propostas da Secretaria em seu Capítulo III, isto é, sobre o futuro papel, destacando seu âmbito jurídico, que não é tão passivo como foi qualificado, mas ativo. É um âmbito que nos permite uma série de acordos. Portanto, creio que é muito importante manejar isso de forma séria e eficiente, como funciona este tema na Secretaria.

No que diz respeito ao papel, coincidimos em que deve ser um conjunto breve de temas que evoluam com o tempo. Não é possível ter em 2001 os mesmos objetivos da década de oitenta. Os temas da ALADI são dinâmicos, ou devem ser dinâmicos, de acordo com os interesses dos países porque, finalmente, a ALADI reflete as políticas e a vontade política dos países-membros. Tampouco podemos responsabilizar ninguém. Se isto não avançou mais, nós mesmos somos culpados, não como Representantes, mas como Representantes de um Governo de um país que não teve a vontade política suficiente para fazer cumprir algum acordo assinado.

Consideramos importante agrupar o temário da ALADI em poucas coisas como escassos recursos. Temos escassos recursos, e esses poucos recursos devemos destiná-los a quatro ou cinco temas que consideremos prioritários para a região, levando em conta o momento que está atravessando o processo de integração. O

ponto central que indica a Secretaria é a concentração de temas, e estamos de acordo com ela.

Com relação aos outros dois temas, considero que estamos querendo revitalizar um deles. O outro teve uma época de glória e agora passa por uma época de sombras, que é a participação empresarial. Devemos buscar, porque a ALADI sem empresários não existe. A ALADI, finalmente, como todo processo de integração, é um âmbito para o desenvolvimento do setor privado. Se não obtemos uma participação mais ativa, pode ser através de internet no processo de integração da ALADI, creio que é um organismo sem conteúdo, é um castelo vazio.

Por último, queria referir-me ao tema de infra-estrutura. É um tema que a Secretaria maneja, mas de forma tangencial, apoiando algumas reuniões da Hidrovia, da Conferência de Ministros de Transporte da América do Sul, mas não houve participação direta do Comitê. A Secretaria participa das reuniões, é elaborado um relatório, este segue seu caminho burocrático e é arquivado na biblioteca. Creio que deveríamos procurar sócios, através destes temas, para a expansão do comércio e não falar somente de infra-estrutura.

Finalmente, queria manifestar que o último parágrafo é um erro. Que tudo isto que manifesta a Secretaria poderia modificar-se radicalmente, um parágrafo que estava em outro documento e apareceu neste. Concluo minha intervenção congratulando a Secretaria. Muito obrigado.

- Reassume a Presidência o Embaixador Carlos Higuera Ramos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante, por todas suas opiniões, que nos enriquecem neste ponto de nossa agenda. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Senhor Presidente, quando este documento foi apresentado dissemos, e hoje reiteramos, que sua elaboração por parte da Secretaria é um grande avanço e um grande insumo para as deliberações que devemos continuar realizando no decorrer do ano para chegar a perfilar uma proposta para o Conselho de Ministros, a fim de que sejam tomadas decisões substantivas sobre as propostas feitas pelos próprios Ministros na Resolução 54 (XI).

Em primeiro lugar, consideramos que é um documento muito sincero e franco e creio que nenhum de nós, como Embaixadores, representantes políticos de nossos Governos, pode deixar de sentir-se afetado em todas as páginas deste documento, porque no fundo, trata-se de um espelho do que fomos capazes de ser e de fazer e do que não fomos capazes de ser e de fazer. Portanto, o documento reflete uma realidade muito complexa, mas, ao mesmo tempo, muito rica.

Além disso, devemos considerar se cumpriu o objetivo do Tratado ou não, e como foram respeitados ou não os instrumentos. Por exemplo, como foram perdendo vigência alguns instrumentos como a PTR ou como poderiam fortalecer-se outros que constam do Tratado e que, no entanto, não tiveram a suficiente vigência. Por exemplo, o próprio Comitê Empresarial e Trabalhista da ALADI perdeu relevância, segundo nosso colega da Argentina. Esse é, talvez, um dos temas pendentes, que se torna mais grave ainda pelas enormes mudanças produzidas na estrutura econômica

de nossos países, que privilegiam, com total clareza e franqueza e sem ambigüidades, o setor privado como motor do processo econômico.

O documento da Secretaria é inevitavelmente ambíguo, e não significa que não seja concreto. Reflete a ambigüidade própria do processo que hoje estamos vivendo na América Latina em matéria de integração e, ao mesmo tempo, se me permitem o termo, também as angústias existenciais do próprio processo de integração econômica, já que no documento, se lemos bem, há idas e vindas entre livre comércio, integração, mercado comum, zona de livre comércio, políticas comuns, mas em outros momentos está falando simplesmente dos acordos que foram assinados no âmbito de flexibilidade estabelecido pelo próprio Tratado, e isso aparece como suficiente. Porém, em outros momentos, esta dimensão parece como insuficiente. Se estamos contrastando-o com o que realmente significa a integração, vemos que em um parágrafo muito interessante se diz que neste momento o tema tarifário está perdendo vigência, mas adquire vigência o tema da convergência política, da convergência econômica, etc. São matérias que não estão contempladas, atualmente, no trabalho da ALADI.

Há ambigüidade, também, na identificação excessiva do Tratado com a ALADI como tal, como estrutura. Diria que podemos pensar que se a decisão política fosse continuar como estamos em matéria de âmbito institucional, entre os doze países, talvez, o Tratado de Montevideu 1980 seria mais do que suficiente. Mas, isso não significa que necessariamente a ALADI, como estrutura, continue sendo a mesma para esse desenho. São perguntas que surgem da leitura deste documento corajoso, sincero, necessariamente ambíguo, necessariamente contraditório.

Por exemplo, o tema da flexibilidade versus a necessidade. Talvez de um âmbito global, mas indutivo do processo, não neutral, a flexibilidade, aqui diz, tenha sido muito importante. Sabemos disto, as cifras assim indicam, mas hoje parece que isso já se esgota. Há um documento muito interessante da Secretaria, feito no ano passado, sobre o balanço do processo de integração, onde se diz com toda clareza: "temos avançado muito em comércio, mas pouco em integração nos últimos anos". Então, também isso está refletido aqui. Isso serve muito para nossos debates.

Por outro lado, deve chamar-nos à reflexão este documento e deve ser motivo de preocupação em nossas próprias Chancelarias, porque em alguns momentos se fala sobre a linha que deveríamos adotar e se diz com total clareza, em um parágrafo, que é o aprofundamento, a articulação, a convergência dos acordos. Mas, a pergunta fundamental que devemos fazer-nos hoje, que não é em absoluto ociosa, é: articulação e convergência e aprofundamento, para quê? Porque se não respondemos esta questão chave, estamos dando um valor "per se" à convergência, à articulação e ao aprofundamento, no mesmo momento em que, em dois dias, estarão sendo tomadas decisões substantivas em Quebec, que precisamente significam, em definitivo, entre todos nossos países, mais outros países da região, articulação, convergência e aprofundamento de acordos comerciais. Aqui há uma questão muito importante. Devemos centralizar e esgotar o trabalho da ALADI nisto, porque realmente é um processo que já está caminhando por outra via e necessariamente esse processo vai levar à articulação, à convergência e ao aprofundamento dos acordos, depois da criação de uma zona de livre comércio pactuada, seja em cinco anos, em dez; enfim, é um tema de velocidade. Mas isso existirá, e por isso pergunto: temos que esgotar a ALADI nisso? Tem muito sentido? Pode tê-lo na medida em que o outro processo seja um processo que, definitivamente, consideremos que não é viável no médio prazo, mas tudo parece

indicar que, de uma forma ou de outra, o processo da ALCA vai caminhando para prazos bastante próximos.

Em terceiro lugar, para finalizar, Presidente, desejaria manifestar que nosso país, e assim manifestaram nesta sala tanto nossa Ministra e nosso Presidente, bem como de forma reiterada em todos os foros regionais, no âmbito de uma estratégia de inserção econômica internacional fixada há muitas décadas e que se manteve nesse âmbito, que é o de uma abertura unilateral que complementamos com uma abertura bilateral negociada e uma abertura multilateral simultânea. Nesse âmbito, sim distinguimos muito claramente o que é comércio, que é fundamental, do que é integração. O comércio é condição necessária, mas não suficiente para a integração.

E temos claro isso: comércio não é integração; é uma base muito importante para a integração, em todas suas etapas, mas não é a condição suficiente, e por isso estamos para fortalecer a ALADI, como diz a Resolução 54 (XI), “como principal foro e âmbito institucional da integração latino-americana”. Mas isso significa esclarecer algo que, obviamente, será motivo de toda esta análise que estamos fazendo. Esclarecer, digo, no seio da ALADI, de uma vez por todas, este tema, para onde queremos ir, como conglomerado de países e, nesse sentido, pensamos que a ALADI pode ter um papel diferente do atual, sem mudar o Tratado de Montevideu 1980, mas deveria recuperar o papel indutor e motor da integração. Há temas para abordar, como o da infra-estrutura, que mencionou o colega da Argentina, por exemplo, mas também a convergência em outras matérias e políticas que se relacionam com a integração e que fortaleceriam, inclusive, todos nossos países para aproveitar melhor as oportunidades de livre comércio que estão surgindo pelos caminhos que já conhecemos.

Presidente, neste âmbito, contrariamente ao manifestado pelos colegas do Brasil e da Argentina sobre aquele ousado parágrafo do documento, que muito graciosamente se diz que escapou do Word da Secretaria, creio que não foi assim e que a Secretaria com toda intencionalidade o colocou ali. Este parágrafo diz, depois de descrever a situação, que “este cenário poderia variar radicalmente se os países assim o decidissem”, e acrescenta: “nessa hipótese, poderiam ser estabelecidas metas, cronogramas, compromissos e procedimentos para dar mais impulso ao processo e, se esse for o caso, pôr a ALADI como eixo da integração regional”. Creio que esse parágrafo reflete um ansejo, mas também uma realidade. O cenário, efetivamente, é outro, não apenas o cenário de quando acordamos o processo de integração há 40 anos, que foi renovado há 20.

Creio que neste momento pode ser ousado, mas também muito realista saltar os textos clássicos da integração e dizer, por exemplo, em termos a debater, que pode haver integração sem uma tarifa externa comum, pode haver integração a partir de uma zona de livre comércio sem tarifa externa comum. Essa é uma definição substantiva que creio que deveríamos abordar e, embora os textos clássicos digam que há algumas etapas sucessivas e que os mercados comuns se constituem com tarifa externa comum, etc., parece que hoje o mundo, já não necessita de tarifa externa comum ou não vai necessitar dela para fazer integração. A integração se pode fazer, inclusive, independentemente disso, e os clássicos pularão de suas tumbas perante estas afirmações, mas os tempos estão mudando. Há novos cenários, e esse é o sentido que dou a este parágrafo do documento da Secretaria. Novos conceitos, novas realidades, novos cenários e, portanto, novas decisões, novas definições e novas decisões políticas, para avançar.

Felicitó, novamente, a Secretaria. O documento pode ter imperfeições. Podemos estar de acordo ou não em muitas dessas coisas, mas creio que nos coloca no centro dos temas que devem ser debatidos no Comitê e alentar também a discussão em nossas Chancelarias, algumas das quais parecem estar dormidas por esta “alcalinização” da vida econômica de nossa região, quando se necessita de ambos os processos, não são contraditórios. Acredito que entre os “alcalinos” e os “aladinos”, os “aladinos” têm felizmente uma “lâmpada maravilhosa” que se chama ALADI, que devemos reforçar de forma inteligente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado; teria gostado de aplaudí-lo, mas não posso fazê-lo nesta oportunidade. Creio que o senhor fez uma análise completa destes conceitos tão importantes de articulação, convergência e aprofundamento. Saiu adiante em sua intervenção, e isto do motor da integração é realmente a base de nossos trabalhos e se aproxima dos novos conceitos, realidades e cenários. Creio que para isso estamos aqui, para que nas próximas semanas proponhamos a nossos Ministros estes três elementos. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, em primeiro lugar desejo também parabenizar a ALADI por este documento, porque é objetivo e realista. Acredito que como instituição ganhamos respeitabilidade na medida em que reconheçamos nossas limitações e saibamos que devemos fazer e não desenvolvendo aquilo que alguém chamava de “cultura do Ghetto”, que é considerar-se, internamente, algo que aqueles que olham de fora, mas não compartilham.

Em todos e cada um dos pontos se trata, objetivamente, a situação atual da ALADI e, logicamente, a evolução do Tratado de Montevideu, embora coincida com meu colega do Chile em que deve ser tratado de forma separada.

Considero muito importante partir de um documento de trabalho destas características, sobretudo porque é muito ponderado, equilibrado e realista. Desejo destacar a clara referência à necessidade —e cito entre aspas porque o considero um parágrafo muito claro— “evitar a tendência a ampliar o espectro de atividades quando se sente que as atividades próprias não são suficientes ou não têm impulso” porque, reitero, esse é o caminho contrário de fazer o que surge, que é o método adotado por todas as entidades em crise, que longe de terem sido reativas, contribuiu à sua decadência. Na medida em que tenhamos claro que estamos vivendo uma situação complexa e que devemos concentrar-nos em fazer melhor o que sabemos e o que podemos, dentro de um cenário que mudou, podemos superar melhor a situação que estamos enfrentando.

São importantes, também, este documento e esta discussão porque, pouco a pouco vamos chegando a uma conclusão. Considero que estamos chegando ao centro das discussões, e nesse sentido desejo salientar a contribuição do México quando manifestou uma clara coincidência de enfoque entre as recomendações do estudo, que se insinuam em favor da articulação, da convergência e do aprofundamento dos acordos, fundamentalmente em favor da articulação e da convergência.

Embora não muito otimista no sentido de obter o cenário ideal, de que todos digam com sinceridade qual é a política de seu país e como seu país hierarquiza as linhas de ação em matéria de integração, porque na política internacional como na política em geral funciona o que se denomina “simulação”, porque nem sempre dizemos o que vamos fazer, para evitar que não nos deixem cumprir nossos

objetivos, mas sim poderíamos avançar mais na linha de saber quais são nossas diferenças para entender os motivos pelos quais não podemos avançar, porque há posições totalmente divergentes. Possivelmente não sejam explícitas por parte de nossos países. Por exemplo, há países que consideram que o tema ALADI é um tema residual com relação ao que acontece na ALCA. Devemos, primeiro, definir nossos objetivos para depois pensar como adequamos o outro processo. Outros podem pensar de forma diferente. Devemos aprofundar as instituições do TM80, os acordos já celebrados e depois reacomodar o andamento ou a lógica desse outro processo.

Os debates deveriam realizar-se em torno destes temas, se realmente queremos avançar na busca de soluções realistas. Reitero que desta maneira nunca vamos saber que está impulsando cada capital, mas, pelo menos, avançaremos nessa expressão utilizada pela Vice-Ministra da Bolívia, na “sincerización” da posição dos diferentes países com relação ao processo de integração.

Concluo esta intervenção, que considero o princípio de uma discussão que continuará durante todo este semestre, chamando a atenção, também, como fez o Chile, para a diferença entre a necessária distinção que devemos fazer entre o Tratado de Montevideu e a ALADI. Aqui se manifestou por parte das Representações que o Tratado de Montevideu 1980 pode ficar assim, mas a ALADI como instituição pode ter outra estrutura. Talvez não seja necessário o Comitê, nem tantas instâncias. Esse trabalho pode ser feito de outra maneira.

Há outra linha de reflexão que poderia ser desenvolvida ou não, mas considero que poderia contribuir a buscar uma solução para o tema que hoje estamos tratando de melhorar, de unir esses dois aspectos.

Concluo também destacando, e aqui falo como Coordenador do Grupo de trabalho Empresarial, meu ponto de vista muito objetivo e realista, como o documento aborda o tema. Eu disse, quando aceitei o encargo, que devemos trabalhar, fazer um esforço nesse sentido, mas devemos captar o contexto internacional, a forma como avançaram as negociações. Minha experiência de mais de cinco anos ou um pouco mais, com a experiência vinculada a entidades empresariais, coincide com o aqui manifestado. A relação entre empresários e seus Governos e a pouca relação entre os empresários de outros países, pelas mesmas diferenças e dificuldades que surgem das diferentes opções frente ao modelo de integração, não significa que não possamos avançar, mas não devemos gerar nenhum tipo de expectativas importantes, porque podemos frustrar-nos muito rapidamente, nem tampouco dedicar-nos a poucas ações. Nesse sentido tenho a certeza de que todos os que temos a responsabilidade de presidir esses comitês estamos abertos a receber insumos, que podemos decantar e, dessa maneira, orientar uma ação melhor.

Coincido também com o Embaixador do Chile quanto a que esta frase famosa, que Carlos Onis, com sarcasmo e muita graça, indica, foi extraída de outro documento. Creio que tem razão, porque a considero uma decisão errada, mas também Héctor Casanueva considera que, finalmente, a conclusão destes trabalhos deve levar a que os países adotem posições muito mais claras, e nesse sentido as coisas podem mudar se há linhas de ação mais claras e não mudam, que é o pior risco que temos se continuamos sem ter sinais nítidos sobre o que fazer com a ALADI, porque a realidade é que, salvo uma ou duas capitais, as demais têm sua percepção, as demais posições que aqui se refletem são de “status quo”, de esperar para ver o que acontece. Não necessariamente todos coincidimos em que acontece

em algum lugar, na ALCA ou em outro lado, mas é como uma situação de deixar passar, até que se apresente alguma mudança radical. Essa mudança radical, como indica a Secretaria, deve ser realizada pelos próprios Governos e não esperar que surja de ou outro lado. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Efetivamente disso se trata, de que a ALADI se concretize realmente, legalmente com um tratado solene, firmado por nossos doze países, apoiado em todo sentido frente ao atual contexto econômico internacional. O demais que se está gestando está nisso, em gestação; mas a ALADI é algo concreto, com tratado aprovado e firmado e isso é o que devemos levar adiante, porque isso é o concreto que temos; o demais está por nascer em algum momento, e também, logicamente, tem sua importância, mas o que devemos fazer é levar adiante a ALADI.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Em primeiro lugar, desejo aderir, evidentemente, às congratulações por este documento, que considero extraordinário. Permite-nos duas coisas: ter um guia, como insumo, como elemento muito importante e, ao mesmo tempo, reflete realidades existentes em nossa instituição ou em nosso processo.

Em segundo lugar, felizmente pedi a palavra depois, para apoiar totalmente as manifestações do Chile, sem tirar nenhuma vírgula, nem ponto, e da Colômbia.

Estes documentos devem refletir a realidade da ALADI, como manifestaram meus antecessores, e vou fazer duas recomendações para ser muito concreto, porque já foi dito o que devia dizer-se e que nós apoiamos. A primeira é que o capítulo sobre o papel da ALADI é débil. Há pontos importantes, mas deve ser enriquecido. Este processo dos seminários-oficina vai nos enriquecer e permitir, em sua discussão, fortalecer a ALADI e ser um pouco mais audazes, coisa que a Secretaria, às vezes, não se atreve por razões óbvias, mas creio que devemos ser mais audazes, encontrar realidades, como diz a Colômbia. Não podemos estagnar-nos tampouco na filosofia do Tratado, mas sim devemos fixar lineamentos e ser realistas em algo que possa cumprir-se e não fazer, em 20 anos, uma avaliação de qual será o futuro da ALADI.

O segundo tema de reflexão está muito ligado ao manifestado pelo Representante do Chile, no sentido de se estamos voltados para a criação da ALCA. Devemos saber que vai fazer a ALADI. Considero que, após a criação da ALCA, se mantemos a situação atual, a ALADI não tem razão de existir. Talvez possa haver algumas normas comuns. Mas não tem nenhuma razão de existir porque a ALCA é fundamentalmente um processo de preferências tarifárias, nada mais. É um programa de promoção do comércio exterior. Tudo está intimamente ligado à promoção do comércio exterior, seja por preferências tarifárias, seja por normas que dêem transparência a esse comércio. E isso é a ALADI. E isso é o que vamos fazer e o que temos feito durante muitos anos. Falamos de preferências, não tratamos outros temas porque não temos os conceitos claros, não temos normas comuns. Cada vez que falamos deste tema há um problema e nunca se determina elaborar normas comuns, que na realidade muitas delas são aplicadas por nossos países de forma geral e que facilmente poderiam ter sido normas da ALADI e que nessa medida poderiam haver fortalecido o processo de integração.

Nesse sentido há uma falha no documento, do ponto de vista da avaliação. Não existe uma avaliação –e isto não é novo para os senhores- do principal objetivo da

ALADI, não há nenhuma avaliação da ALADI sobre o principal objetivo, que é a integração, que é o mercado comum. Deve fazer-se uma reflexão a esse respeito. Deve haver uma avaliação. Não conheço todo o processo da ALADI, tenho acompanhado de perto, mas não o conheço em sua totalidade. Mas, a Secretaria tem o dever de dizer o que foi feito com o objetivo do mercado comum, para que foi feita a convergência. Se analisamos a intenção do Tratado de Montevideu, foi para convergir em um mercado comum. Mas, isso foi feito, foi feita uma convergência para uma zona de livre comércio, não para um mercado comum. Um mercado comum, como os senhores sabem, implica muitas coisas mais.

Por conseguinte, solicitaria, para enriquecer este documento, fazer uma avaliação do que foi feito sobre mercado comum. Talvez determinemos que o mercado comum é um sonho. Isso não pode ser determinado agora. E o que devemos fazer é trabalhar em alguns processos para atingir uma zona de livre comércio plus, mais integração, mas isso é decisão dos países. Mas isto deve ficar claro, porque instituição existe em função dos objetivos e das metas a serem alcançadas. Não se forma dizendo simplesmente que vamos ter um organismo que funcione como secretaria, que nos transcreva as atas e registre nossos acordos. Creio que a parte institucional é muito importante, e a Venezuela deu muita força à parte institucional em todos os foros, porque é muito importante e deve acompanhar as metas que deve alcançar.

Portanto, considero que devemos ser realistas. Ninguém quer discutir o mercado comum. Cada vez que falo de mercado comum, todos manifestam que o objetivo já foi alcançado. Não é assim. Deve falar-se do fracasso do objetivo da ALADI em alcançar o mercado comum e dizer quais foram os elementos, as intenções, as tentativas de alcançar um mercado comum, que fracassou, porque é um argumento político dizer, como manifestou Arturo, que os países, às vezes, separam um pouco a ALADI e dizem que esse tema será tratado mais adiante. Esse tipo de análise deveria ser feito no referente à evolução do objetivo do mercado comum dentro da ALADI.

Por último, desejo fazer referência também ao parágrafo, já famoso, que foi introduzido por erro. Vou confessar que foi introduzido pelo Chile, Colômbia e Venezuela. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação da CUBA (Carlos Martínez). Obrigado, Senhor Presidente. A Representação de Cuba deseja, em primeiro lugar, parabenizar a Secretaria pelo trabalho realizado, embora seja verdade que, como alguma Representação manifestou, não nos ofereça propostas para adequar o trabalho da ALADI ou para relançar as funções a ALADI no futuro imediato, sim é verdade que toca os aspectos medulares a partir dos quais devemos elaborar essa proposta.

Desejo também aderir às manifestações dos Representantes do Chile, Colômbia e Venezuela e, especialmente, às palavras do Embaixador da Colômbia, no sentido de que represento uma Representação à qual fazem uma análise de ADN. Tem pouco ou nada a ver com a paternidade da criança que se está gestando em outra direção mas, logicamente, a levamos em conta, sabemos de sua existência e temos plena consciência do papel que desempenhará no futuro e espera veementemente que o cordão umbilical dessa outra criatura não termine estrangulando esta.

Creio que há só uma coisa na qual todos temos plena e absoluta consciência. Há um só caminho, e é o da integração. Podemos pôr-lhe qualquer nome, mas é o único e inevitável caminho e, logicamente, também estou consciente de que apesar das dificuldades, que são rigorosamente certas, quanto a fixar nossas posições, que o Embaixador da Colômbia mencionava, creio que no fundo, todos estamos plenamente conscientes de que o único caminho é o da integração e que esta Instituição, este foro ao que todos queremos tanto, desempenhou um papel nessa direção e o papel que lhe corresponderá no futuro depende única e exclusivamente de todos nós e, logicamente, será uma vontade que leve em conta a realidade do mundo atual, mas continuará sendo uma vontade que dependa, única e exclusivamente, de todos nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Efetivamente, uma zona de livre comércio é parte da integração, não é a integração, como muito bem manifestou o senhor. Com nossa experiência estamos certos de que a ALADI nunca vai desaparecer, Senhor Representante.

Senhores Representantes, se as Representações não desejam continuar debatendo este tema hoje, continuará sendo submetido à consideração dos senhores em próximas sessões. Como algumas Representações fizeram algumas propostas para melhorar o pensamento da Secretaria-Geral e o documento 428, desejaria dar a palavra ao Secretário-Geral para esclarecer mais este debate.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado. Em primeiro lugar, queria manifestar que tomamos nota de todas as observações e comentários sobre o documento 428 e agradecer, logicamente, todas essas observações que contribuirão eficazmente a esse processo de reflexão que permanentemente realizamos na sede da Secretaria.

Trabalhamos sistematicamente sobre este tema e, logicamente, estamos refletindo sobre os mesmos e pensamos que, em termos gerais, o trabalho cumpriu um objetivo proposto, pôr o preto no branco muitos dos temas. Logicamente, faltam vários, mas evidentemente tudo é perfectível e vamos continuar trabalhando nesse mesmo caminho para melhorar sempre nossa atividade interna.

Com relação à ausência de propostas, isso tinha sido anunciado e dito explicitamente por nós. Quando apresentamos o documento dissemos que não faríamos propostas neste documento. Apresentamos, sim, algumas reflexões que nos parecem importantes para continuar o trabalho no Comitê de Representantes.

Pensamos que essas propostas devem emanar necessariamente desta Mesa, dos países-membros. Já foi dito até o cansaço que as instituições são o que seus países desejam e, evidentemente, essa atividade deverá ser debatida politicamente. Será tratada neste Comitê e deveremos fazer uso de nossa capacidade de proposta, também prevista no Artigo 38 do Tratado. Contribuiremos ativamente para que este debate seja o mais rico possível. Não sei se, como dizia o Presidente, para iluminar o debate, mas sim, pelo menos, para ajudar a enriquecê-lo no que posamos e faremos nossos maiores esforços para que Comitê cumpra, de forma precisa, a encomenda final prevista na Resolução 54 (VI) do Conselho de Ministros, que é o guia de todas estas atividades.

Desejo agradecer as congratulações, mas não são para mim, nem para os Secretários-Adjuntos, senão para todas as pessoas que silenciosamente sempre nos

acompanham e cumprem, de forma precisa, o trabalho que desenvolvemos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Senhores Representantes, tenho a certeza de que nos últimos tempos, pelo menos no período que estive nesta sala, nunca tive a oportunidade, como Presidente e como Representante, de escutar o que hoje se escutou.

Alegra-me, enormemente, porque a ata vai ser uma jóia de conceitos e elementos de juízo que, foram expostos nesta sala. Não finalizamos estas exposições, mas acredito que os oito Representantes que participaram até agora deste ponto da Ordem do Dia nos deleitaram com o conteúdo de suas exposições, que nos permitiram ver melhor um documento solicitado pelo Comitê de Representantes à Secretaria, que nos foi apresentado e que, certamente, a Secretaria-Geral se responsabiliza por 100% de seu conteúdo. Muitas coisas valentes, muitas coisas descarnadas, mas é responsabilidade da Secretaria. Todo este relato de opiniões sobre a ALADI, seu andamento e seu papel, antes, agora e depois, é feito por eles e nós podemos recebê-lo e levá-lo em consideração e aprovar, logicamente, cada um dentro de seus próprios interesses.

Certamente, ele é um documento de trabalho, como diz sua apresentação, e deve ser tomado como tal, como insumo, que nos servirá como documento final para apresentar aos Ministros. Em suma, houve unanimidade de critérios por parte dos Representantes que fizeram uso da palavra sobre sua alta qualidade, sua importância. Certamente pode ser passível de aperfeiçoamento, como também foi manifestado mas, segundo as expressões dos Representantes, será muito útil para nossos trabalhos. Esta é uma unanimidade muito convincente, que a Presidência deseja destacar.

Consideramos concluído o ponto 7 da Ordem do Dia, e reitero que este tema pode se colocado novamente na agenda do próximo Comitê de Representantes para continuar conversando sobre este tema.

8. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto 8, Assuntos diversos. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Vou referir-me ao Doutor Prebisch. Como os senhores estão informados, em 17 de abril de 2001 comemorou-se o centenário do nascimento do Doutor Raúl Prebisch, iminente economista, cujos serviços à comunidade latino-americana tiveram grande reconhecimento.

Seus trabalhos na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o estabelecimento e condução da UNCTAD são prova, não apenas de sua inteligência e de sua indiscutível energia, mas de sua permanente preocupação pelo desenvolvimento econômico de nossos países ou dos países em desenvolvimento.

Seu entusiasmo em prol da construção de uma sociedade internacional, na qual os valores da liberdade, da paz, da justiça e da prosperidade foram os inspiradores de sua ação. Pelo exposto e por sua profunda vinculação com os processos de integração regional, propomos uma homenagem ao Doutor Prebisch.

Na Argentina e em diferentes países será realizada uma série de atos. Tenho instruções expressas do Senhor Chanceler de propor ao Comitê de Representantes, realizar uma sessão de homenagem. Caso as demais Representações estiverem de acordo com esta iniciativa, faríamos contatos com a Presidência para organiza essa homenagem. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Antes de dar a palavra, a Presidência pensa que a maioria de nós conhece o Doutor Prebisch em diferentes etapas de nossa vida internacional. Eu tive o prazer de cumprimentá-lo, pela primeira vez em 1964, quando criou –a suor e sangue- a UNCTAD. Por conseguinte, considero que sua proposta será bem recebida pelos Representantes.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, Senhor Presidente. Apóio a proposta da Argentina, mas desejo solicitar à Secretaria e à Presidência que sejam fixados alguns critérios, se existem, para este tipo de homenagens.

E digo isto porque, embora Raúl Prebisch seja uma personalidade internacional, com muitos méritos, se no futuro se apresenta este tipo de homenagens e reconhecimentos a personalidades, devemos ter claro o que devemos fazer, porque outra Representação pode propor uma homenagem a uma pessoa e pode não haver o mesmo consenso ou unanimidade no Comitê. Por isso devemos adotar critérios prévios que nos permitam passar pela circunstância de negar a uma Representação o apoio a uma homenagem, porque os reconhecimentos não devem ter esse caráter neutro. Devemos ser realistas. Digo isto com total franqueza. A proposta apresentada por Carlos Onis é muito centrada, mas amanhã o Senhor Raúl Prebisch pode fazer outra proposta, cujas idéias estão plenamente vigentes, e podemos confundir-nos.

Graças ao bom critério de Carlos Onis, que fez uma apresentação em reconhecimento de alguns méritos, sem entrar nesse detalhe, porque devemos ser francos. Amanhã podemos apresentar propostas e há diferenças políticas de fundo, ideológicas, conceituais e com a advertência de que antes de dizer isto a Colômbia deu seu pleno apoio à proposta, desejo antecipar estas reflexões para que no futuro não devamos discutir sobre se, na verdade, a ALADI fazer este tipo de reconhecimento. Não tenho a experiência do meu colega José Artur em organismos internacionais, mas passei por alguns cenários onde isto se pode transformar, se não tomamos cuidado, em uma feira de reconhecimentos, e não seria conveniente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Para apoiar, sem restrições, a proposta da Representação argentina. Em nosso caso, Presidente, desejaríamos manifestar que consideramos o Doutor Raúl Prebisch como um dos maiores gestores desta Casa da Integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, com muito prazer e ênfase, aderimos à proposta do Embaixador da Argentina.

Todos nossos países receberam, em algum momento, a importante contribuição do Doutor Prebisch ao processo de integração e temos vivido esse processo. Falando

somente pelo que posso afirmar e conhecer, que é o referente a meu país, há uma vinculação particular com Raúl Prebisch, com seu pensamento e com sua obra. Por conseguinte, aderimos e apoiamos plenamente esta proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo expressar também nosso apoio à proposta da distinta Representação argentina e nosso reconhecimento ao Doutor Prebisch, único na integração latino-americana, e, como disse o Senhor Representante do Paraguai, nesta Casa somos, de alguma maneira, filhos pródigos do Doutor Prebisch. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell). Obrigado, Senhor Presidente. Igualmente, para apoiar, sem restrição alguma a proposta da distinta Representação argentina e as palavras das Representações do Chile e do Uruguai, que evidenciaram a vinculação do Doutor Raúl Prebisch com o processo de integração regional. Portanto, considero que a ALADI fará um muito justo e merecido reconhecimento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, muito brevemente, para apoiar a sugestão da Argentina. Já que nosso colega da Colômbia, mencionou minha carreira em organismos internacionais, para dizer que uma das poucas coisas das quais tenho orgulho desta longa experiência em organismos multilaterais é de ter participado de algumas reuniões onde esteve Raúl. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Presidência compartilha de sua opinião. Certamente, a unanimidade é total quanto à homenagem que vamos fazer ao Doutor Prebisch e, obviamente, sua família, estará informada desta homenagem, oferecida por um dos principais organismos da integração latino-americana. Certamente, Raúl foi um gigante. Talvez tenha havido em nossos países muitos homens muitos esforçados e trabalhadores em integração, mas com toda modéstia digo que dificilmente possam ter igualado a Raúl Prebisch.

Ele não era argentino era americano, latino-americano, mundial, um homem que criou a UNCTAD, um organismo de noventa países e agora não sei quantos. É um gigante realmente para nossa comunidade, e desejamos que esse exemplo de Raúl Prebisch seja imitado por nossos governantes, nossos dirigentes, no plano econômico, que vejam essa visão para futuro que teve Raúl Prebisch.

Portanto, este Comitê Permanente aprova a proposta da Representação argentina e estaremos em contato com ela para determinar a data em que será feita a homenagem ao Doutor Raúl Prebisch.

Tem a palavra o Representante do Chile sobre outro tema dentro deste ponto.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Somente para compartilhar de uma preocupação sobre a Convocação da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros, porque acredito que acontece com todos que para poder incluir este tema na agenda de nossos Ministros devemos fazê-lo com tempo. De fato, já recebi consultas da Chancelaria sobre a data da convocação.

Inclusive, com relação a esse tema, permitir-me-ia, em primeiro lugar, pensar que deveríamos buscar alguma data que coincida, talvez, com outras reuniões previstas no calendário regional, porque este ano há muitas reuniões e não podemos correr o risco de ter uma assistência, como disse o Chanceler argentino, escassa. Devemos assegurar-nos de que da próxima reunião do Conselho participem mais Chanceleres. Portanto, desejaria propor que a Secretaria nos apresentasse alguma proposta de data para fazer as consultas correspondentes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado por sua preocupação, que é muito oportuna. Deixamos o debate da data para uma próxima oportunidade, sem que isto signifique que a Secretaria-Geral não comece já a preocupar-se pela data deste magno acontecimento, a Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros.

Tem a palavra o Secretário-Geral para tratar o ponto que está na agenda.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. A Secretaria estava muito preocupada, mas agora vai começar a ocupar-se, como dizem os psicólogos, desse tema da reunião do Conselho de Ministros, porque, indubitavelmente, é necessário começar a propor datas e devemos revisar o calendário de atividades internacionais, nas quais os Chanceleres latino-americanos vão ter participação, a fim de começar a conversar, informalmente, sobre este tema. Com muito prazer vamos ocupar-nos do tema.

O segundo ponto que queria tratar é o referente à homenagem ao Doutor Prebisch. Embora não nos corresponda fazer um juízo de valor sobre isso, desejo dizer que a Secretaria-Geral está disposta a colaborar com a organização dessa homenagem. No momento em que se falou do tema não me manifestei porque pessoalmente estava de acordo, mas institucionalmente não nos corresponde fazer uma avaliação sobre esse tipo de atividades, mas compartilhamos da decisão do Comitê e vamos oferecer todo nosso apoio para fazer um ato de muita relevância para quem foi, realmente, o grande inspirador desta Casa que hoje estamos ocupando.

Vou ter que referir-me a outro tema. Em 21 de dezembro do ano passado avisamos a todas as Representações Permanentes que entre 22 e 24 de maio deste ano se realizará um seminário-oficina sobre negociações internacionais no setor agrícola, orientado ao setor privado, às entidades do setor privado. Esse seminário será realizado na cidade de Buenos Aires, e implica uma mobilização conjunta, não apenas da Secretaria-Geral, mas também do IICA, do INTAL e do Banco Centro-Americano de Integração Econômica. Adicionalmente, para esse seminário temos confirmada a participação de peritos do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e da Organização Mundial do Comércio.

Posteriormente, em 7 de março, reiteramos este convite, estabelecendo alguns aspectos relacionados com a participação dos convidados, e estamos aqui hoje, 19 de abril, dia festivo em algum país-membro da Associação, sem ter recebido até o momento a confirmação de nenhum participante, embora isto não tenha custo algum

para os países-membros. Isto nos surpreendeu muito, porque implicou uma mobilização muito grande por parte da Secretaria-Geral e de outros organismos internacionais, sem nenhum custo para a Secretaria-Geral da ALADI e até o presente nenhum país-membro confirmou sua presença para esta reunião. Portanto, Senhor Presidente, não quis passar de um fato de tanta transcendência, como a homenagem à memória do Doutor Prebisch, a este tema.

Além disso, Senhor Presidente, queria manifestar que na próxima quinta-feira, 26 de abril, terá lugar a Reunião de Avaliação e Consulta, sobre o tema 3. Às 10,00 horas da manhã estarão aqui os Senhores Germán Correa e Héctor Maldonado Lira para tratar o tema referente à infra-estrutura da integração.

Posteriormente, em 10 de maio, os Senhores Julio Lacarte Muró e Alberto Zelada Castedo tratarão nesta sala temas relativos ao processo de integração regional e seu relacionamento externo com a ALCA, a OMC e outros acordos. Em 17 de maio nos acompanharão os Senhores Jorge Campbell e Allan Wagner, para tratar o tema relativo ao funcionamento da ALADI e seu aperfeiçoamento. Finalmente, em 24 de maio, data preliminar porque ainda não foi confirmada, estaria conosco o Economista Carlos Palacios, para tratar as assimetrias de desenvolvimento no âmbito do Tratado de Montevideu 1980. Esta última data ainda deve ser confirmada, reitero, porque o Economista Palacios ainda não confirmou a data definitiva de sua presença em nossa sede.

Finalmente, Senhor Presidente, queria manifestar que amanhã ou nos primeiros dias da próxima semana vamos pôr à disposição dos senhores, e em cumprimento do programa de atividades da Associação, um CD-ROM, onde está incluída toda a informação que entendemos serviria de apoio para a eventual negociação entre o MERCOSUL e o México, para um eventual acordo de livre comércio, caso essa seja a decisão política. Mas de qualquer maneira, a informação técnica estará disponível a partir dos primeiros dias da próxima semana. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Queremos, Senhor Presidente, por seu intermédio, lembrar à Secretaria-Geral que estamos pendentes de que cumpra o compromisso de enviar-nos a transcrição das importantíssimas exposições que escutamos e que considero que devem ser processadas antes para que o expositor tenha oportunidade de revisar o texto, mas creio que a Secretaria já teve tempo suficiente para ocupar-se disto.

PRESIDENTE. Seu pedido é encaminhado à Secretaria-Geral. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Já foi distribuída a exposição do Embaixador Gustavo Magariños. As demais estão sendo elaboradas pela mesma equipe que elabora as atas e as minutas.

PRESIDENTE. Esperamos que assim seja. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo manifestar à Secretaria, com relação ao seminário que se realizará em Buenos Aires, que vamos ser representados pelo Engenheiro Raúl Roccatagliata. Não sei se a Secretaria já recebeu a informação, mas já foi destinado o representante da Sociedade Rural.

PRESIDENTE. Muito bem. A Representação da Argentina já tem seu representante para essa reunião, e solicito a todos os países que informem seus Governos sobre a necessidade de designar seus representantes, e recomendaria pôr uma nota indicando que esta reunião não implica nenhuma despesa para o país, somente para os organizadores.

Não havendo outros comentários, encerra-se a sessão.
